

Glossário de termos do site na internet



Abecip

Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança

Abecs

Associação Brasileira das Empresas de Cartões de Crédito e Serviços

Abel

Associação Brasileira das Empresas de Leasing

<u>Abimag</u>

Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos

ABPO

Associação Brasileira do Papelão Ondulado

Abraciclo

Associação Brasileira dos Fabricantes de Motocicletas, Ciclomotores, Motonetas e Bicicletas

<u>Abras</u>

Associação Brasileira de Supermercados

ACC

- 1) Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio.
- 2) Constitui a antecipação parcial ou total do contravalor em moeda nacional da moeda estrangeira comprada por banco autorizado a operar em câmbio para entrega em momento futuro pelo cliente. A grande maioria desses adiantamentos é decorrente de contratos de câmbio de exportação.

ACE

- 1) Acordo de Complementação Econômica.
- 2) Constitui, a exemplo do ACC, a antecipação parcial ou total por conta do preço em moeda nacional da moeda estrangeira comprada a termo. Pode ser concedido a qualquer tempo após a entrega dos documentos da exportação ao banco e até o vencimento da obrigação do importador para com o exportador.

Acesita

Companhia de Aços Especiais Itabira

Acominas

Aço Minas Gerais S.A.

Acordo de investimento Brasil/EUA

É o acordo firmado entre Brasil e Estados Unidos, ratificado pelo Congresso Nacional em 15/7/1965, que dispõe sobre a concessão de garantia contra risco político, pelo governo dos EUA, a investidores norte-americanos em seus investimentos no Brasil.

Acordo mestre (master agreement)

Um acordo que estabelece os termos e condições padronizadas aplicáveis a todas as operações ou a um subconjunto definido destas que as partes podem subscrever de tempo em tempo, incluindo os termos e condições para a compensação de encerramento.

<u>Acrinor</u>

Acrilonitrila do Nordeste S.A.

ACS

Vide AEC



ACSP

Associação Comercial de São Paulo

ADR

- 1) American Depositary Receipts.
- 2) São certificados representativos de ações ou outros valores mobiliários que representam direitos e ações, emitidos no exterior por instituição denominada "Depositária", com lastro em valores mobiliários de emissão de empresas brasileiras depositados em custódia específica no Brasil.

AEC

Xelim austríaco

Aelc

Associação Européia de Livre Comércio

ΑF

Agente Financeiro

Afac

Recursos ingressados no País para futuro investimento externo direto.

Afta

Área de Livre Comércio da Asean/Asean

Agência

É a dependência de instituições financeiras e demais instituições, autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, destinada à prática das atividades para as quais a instituição esteja regularmente habilitada.

Agência de fomento

Tem como objeto social a concessão de financiamento de capital fixo e de giro associado a projetos na Unidade da Federação onde tenha sede. Deve ser constituída sob a forma de sociedade anônima de capital fechado e estar sob o controle de Unidade da Federação, sendo que cada Unidade só pode constituir uma agência. De sua denominação social deve constar a expressão "Agência de Fomento" acrescida da indicação da Unidade da Federação Controladora. É vedada a sua transformação em qualquer outro tipo de instituição integrante do Sistema Financeiro Nacional. (ver a Resolução 2828/2001).

Agência pioneira

É aquela instalada em praça desassistida de qualquer outra agência ou posto avançado de atendimento de banco múltiplo com carteira comercial, banco comercial ou caixa econômica.

Agencies

Entidades patrocinadas pelo governo federal e criadas com o objetivo de reduzir o custo de financiamento de alguns setores da economia, tais como: educação, habitação, agricultura etc.

Agente liquidante

Instituição que administra os processos de liquidação (por exemplo, a determinação das posições de liquidação, o monitoramento do intercâmbio de pagamentos, etc.) para sistemas de transferência ou outros acordos que requeiram liquidação.

AIA

Área de Investimento da Asean/Asean

Aisp

Sistema de Preferência de Integração da Asean/Asean

Ajuste patrimonial

Os ajustes decorrem basicamente de três situações: metodológico; privatização e ajustes patrimoniais. Eles são efetuados para retirar dos fluxos valores que não representam esforço fiscal despendido durante o período em análise. O ajuste



metodológico já foi definido quando do resultado nominal. Ele representa o aumento da dívida decorrente do impacto da variação da taxa de câmbio sobre a dívida externa líquida e a dívida interna indexada ao câmbio. Esse ajuste é calculado pela diferença entre a variação da dívida e o resultado nominal. A principal razão desse ajuste é que a variação do câmbio para o detentor do título indexado, não significa incremento real na sua renda, ou seja, o impacto sobre a demanda tende a ser neutro. O ajuste de privatização, pelo acordo com FMI, significa que os créditos líquidos, oriundos da privatização de estatais (de todas as esferas de governo), não podem ser considerados no cálculo das necessidades de financiamento do setor público, uma vez que não representam esforço fiscal do governo e sociedade. Exemplo: se alguma empresa é privatizada e o recurso de sua venda é depositado na conta corrente de um Estado, o valor total desse depósito deve ser abatido(ajustado) do saldo da referida conta. Não deixando, desta forma, que o Estado obtenha superávites nominal e primário decorrente dessa privatização. As receitas com privatização diminuem a dívida líquida, mas não alteram os resultados fiscais. Os ajustes patrimoniais são efetuados nos fluxos com o objetivo de "excluir" de determinada conta o déficit ou superávit obtido por determinado tipo de operação. Tais operações podem ser as mais variadas possíveis.

AL

Alagoas

Aladi

A Associação Latino-Americana de Integração (Aladi) é um organismo intergovernamental que, continuando com o processo iniciado pela ALALC em 1960, promove a expansão da integração da região, objetivando garantir seu desenvolvimento econômico e social e tendo como meta final a criação de um mercado comum. A Aladi é o maior grupo latino-americano, cuja meta é a integração e é formada por doze países-membros: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Cuba, Equador, México, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela.

Alalc

Associação Latino-Americana de Livre Comércio

Alca

Bloco econômico com o objetivo de formar, até o final de 2005, uma área de livre comércio das Américas. Coordenação brasileira a cargo dos Ministérios das Relações Exteriores e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

Alcalis

Companhia Nacional de Álcalis

<u>Alienação</u>

Venda, por investidor não-residente a residentes, de participação societária (ações ou quotas) detidas em empresa receptora brasileira.

Alis

Aliança para a Sociedade da Informação/UE

<u>AM</u>

- 1) Amazonas
- 2) Acesso a Mercados

<u>AMC</u>

Acompanhamento do mercado de câmbio - programa (aplicativo) onde são registradas as operações comerciais e financeiras; de "hedge"; e operações diretas, com o objetivo de acompanhar o fluxo de divisas no país.

AMF

Acompanhamento do Mercado Financeiro - programa (aplicativo) onde se acompanha on-line a cotação do dólar no mercado pronto. Contém, ainda, informações atualizadas automaticamente sobre mercado futuro de dólares, bolsas de valores, mercado de juros, cotações máximas e mínimas do dólar.



AMM

Encontros Ministeriais / Asean

Anfavea

Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores.

ANP

Agência Nacional de Petróleo

Anulação de operação de câmbio

Expressão que designa o ato de se anular uma determinada operação de câmbio que continha erro, no próprio dia de seu registro, ou de forma valorizada para uma data anterior, neste caso com autorização do Banco Central do Brasil. Corresponde à total anulação dos efeitos financeiros, cambiais, estatísticos e tributários.

Anzcerta

Acordo Comercial de Relações Econômicas (*Australia – New Zealand Closer Economic Relations Trade Agreement*)

AP

Autorização Prévia emitida pelo Banco Central, necessária para ingresso de valores a título de empréstimo externo. Atualmente substituída pelo Registro Declaratório Eletrônico - RDE, módulo Registro de Operação Financeira - ROF.

Apec

Cooperação Econômica Ásia-Pacífico

Aplicação de um contrato de câmbio a uma DI Termo utilizado para caracterizar a ligação virtual de um contrato de câmbio a uma Declaração de Importação (DI).

<u>Arafértil</u>

Araxá Fertilizantes S.A.

<u>Arbitragem</u>

Operação na qual um investidor aufere um lucro sem risco, realizando transações simultâneas em dois ou mais mercados, tirando vantagem de uma diferença momentânea nos preços. Como exemplos, podemos citar a compra de um ativo à vista e a venda desse mesmo ativo a futuro.

Arrecadação a recolher - Componente da DLSP

Parcela da arrecadação de tributos do mês recebida pelo agente devidamente autorizado e não transferida à conta única do Tesouro Nacional ou ao tesouro estadual ou municipal.

Asba

Associação dos Supervisores Bancários das Américas - associação que congrega as autoridades de supervisão das Américas, incluindo o Caribe, foi fundada em 1999. Tem sede provisória no México; a sede definitiva deverá ser implantada no Chile. A formalização da filiação do Brasil ainda depende de autorização do Congresso Nacional. A presidência do período 2002/2004 é dos EUA. O Brasil faz parte do Conselho Diretor na qualidade de membro convidado.

ASDB

Banco Asiático de Desenvolvimento

<u>Asean</u>

Associação de Nações do Sudeste Asiático

Ask

Preço de venda de um ativo no mercado.

<u>Assal</u>

Associação de Superintendentes de Seguros da América Latina



Ativo de liquidação

Ativo utilizado para cancelar (descarregar) obrigações de liquidação conforme está especificado nas regras, regulamentos ou práticas comuns de um sistema de pagamento.

Atribuição de performance

Decomposição do retorno total obtido em diversos fatores, tais como: taxa de juros, moedas, crédito, etc.

ATS

Xelim austríaco

AWB

Conhecimento de Transporte Aéreo



BA

Bahia

Bacen Jud

Sistema de Atendimento das Solicitações do Poder Judiciário ao Banco Central do Brasil

Bacen/ BC/ BCB

Assegurar a estabilidade do poder de compra da moeda e a solidez do Sistema Financeiro Nacional.

Back office

Área responsável pela liquidação, compensação, contabilização, registro e custódia das operações realizadas por uma instituição financeira.

Back testing

Teste de modelo para verificar se os resultados do modelo estão de acordo com o que acontece na realidade.

Back to back credits

Expressão que corresponde à realização de operação onde a aquisição e a entrega da mercadoria ocorre no exterior, sem trânsito pelas fronteiras brasileiras, sob comando de uma empresa localizada no País, que deve realizar o pagamento ao exterior pela compra efetuada, sob autorização do Banco Central, e o correspondente recebimento de valores pela venda.

Baixa de operação de câmbio

Expressão que designa o ato de se baixar uma determinada operação de câmbio da posição de câmbio do banco, sendo esta uma ação unilateral do banco, mantidos os efeitos financeiros, cambiais, estatísticos e tributários incidentes.

Balanço de pagamentos

Registra as operações entre residentes e não-residentes.

Banco comercial

É instituição financeira privada ou pública. Tem como objetivo principal proporcionar o suprimento oportuno e adequado dos recursos necessários para financiar, a curto e médio prazo, o comércio, a indústria, as empresas prestadoras de serviços, as pessoas físicas e terceiros em geral. A captação de depósitos à vista, livremente movimentáveis, é atividade típica do banco comercial. Deve ser constituído sob a forma de sociedade anônima e na sua denominação social constar a expressão "Banco".



Banco cooperativo

É banco comercial ou banco múltiplo constituído, obrigatoriamente, com carteira comercial. Diferencia-se dos demais por ter como acionistas controladores cooperativas centrais de crédito, as quais devem deter no mínimo 51% das ações com direito a voto. Deve fazer constar, obrigatoriamente, de sua denominação a expressão "Banco Cooperativo" (ver a Resolução 2788/2000).

Banco de desenvolvimento

É instituição financeira pública não federal que tem como objetivo precípuo proporcionar o suprimento oportuno e adequado dos recursos necessários ao financiamento, a médio e longo prazo, de programas e projetos que visem a promover o desenvolvimento econômico e social do respectivo estado onde tenha sede, cabendo-lhe apoiar prioritariamente o setor privado. Excepcionalmente, quando o empreendimento visar benefícios de interesse comum, o banco pode assistir programas e projetos desenvolvidos fora do respectivo estado, devendo a assistência efetivar-se através de consórcio com o banco de desenvolvimento local. Deve ser constituído sob a forma de sociedade anônima, com sede na capital do estado que detiver seu controle acionário, devendo adotar, obrigatório e privativamente, em sua denominação social, a expressão "banco de desenvolvimento", seguida do nome do estado em que tenha sede (ver a Resolução 394/76). Obs.: constitui entidade distinta o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, empresa pública criada pela Lei nº 1.628, de 20/06/52, como principal instrumento de execução da política de investimento do governo federal e que tem por objetivo primordial apoiar programas, projetos, obras e serviços que se relacionem com o desenvolvimento econômico e social do país (ver o Decreto nº 104, de 22/04/91, que aprovou o atual estatuto social do BNDES).

Banco de investimento

É instituição financeira privada especializada em operações de participação societária de caráter temporário, de financiamento da atividade produtiva para suprimento de capital fixo e de giro e de administração de recursos de terceiros. Deve ser constituído sob a forma de sociedade anônima e adotar, obrigatoriamente, em sua denominação social, a expressão "banco de investimento" (ver a Resolução 2624/99).

Banco liquidante

A entidade que mantém contas financeiras utilizadas para liquidar obrigações de pagamento relacionadas com operações de valores mobiliários. O banco liquidante pode ser um banco comercial, o próprio sistema de liquidação ou um banco central.

Banco múltiplo

É instituição financeira privada ou pública que realiza as operações ativas, passivas e acessórias das diversas instituições financeiras, por intermédio das seguintes carteiras: comercial, de investimento e/ou de desenvolvimento, de crédito imobiliário, de arrendamento mercantil e de crédito, financiamento e investimento. Essas operações estão sujeitas às mesmas normas legais e regulamentares aplicáveis às instituições singulares correspondentes às suas carteiras. A carteira de desenvolvimento somente poderá ser operada por banco público. O banco múltiplo deve ser constituído com, no mínimo, duas carteiras, sendo uma delas, obrigatoriamente, comercial ou de investimento, e ser organizado sob a forma de sociedade anônima. Na sua denominação social deve constar a expressão "banco" (ver a Resolução 2099/94).

Bancos autorizados a operar em câmbio

Os bancos comerciais, bancos de investimento e bancos múltiplos autorizados a realizar operações de câmbio no Mercado de Câmbio de Taxas Livre, na forma da Resolução nº 1.620.

Bancos credenciados a operar em câmbio

Bancos credenciados pelo Banco Central a operar no Mercado de Câmbio de Taxas Flutuantes.



Bandepe

Banco do Estado de Pernambuco S.A.

Baneb

Banco do Estado da Bahia S.A.

Baneri

Banco do Estado do Rio de Janeiro S.A.

Banespa

Banco do Estado de São Paulo S.A.

Banestado

Banco do Estado do Paraná S.A.

Barriga

Aluguel de parte da posição de câmbio de um banco para outro.

Basa

Banco da Amazônia

Base monetária

- 1) Saldo do papel-moeda em poder do público e reservas bancárias, constitui o passivo monetário do Banco Central.
- 2) Passivo monetário do Banco Central, também conhecido como emissão primária de moeda. Inclui o total de cédulas e moedas em circulação e os recursos da conta "Reservas Bancárias". É a principal variável de política monetária, refletindo o resultado líquido de todas as operações ativas e passivas do Banco Central.

Base monetária ampliada

Conceito amplo de base monetária foi introduzido no Plano Real com o pressuposto de que agregados mais amplos sejam melhor correlacionados com os preços na economia brasileira, visto que mais perfeitamente captam a substitutibilidade entre a moeda, em seu conceito mais restrito, e os demais ativos financeiros. Inclui, além da base restrita, os principais passivos do Banco Central e do Tesouro Nacional (compulsórios e títulos federais).

Basis points (Pontos-base)

Convenção utilizada, sobretudo no mercado de renda fixa, é uma escala no qual 100 pontos-base representa um por cento. Dadas as relativamente pequenas variações que normalmente ocorrem no rendimento dos títulos de renda fixa, estas variações são normalmente expressas em termos de pontos-base ao invés de pontos percentuais. Uma queda de rendimento de 12,55% para 12,52% pode ser mais facilmente visualizada como uma queda de 3 pontos-base do que como uma redução de 0,03 pontos percentuais.

<u>BBA</u>

Associação de bancos do mercado londrino.

BBC

Título de responsabilidade do Banco Central do Brasil, emitido para fins de política monetária, exclusivamente sob a forma escritural, no Selic. Título de rentabilidade prefixada ou de rentabilidade pós-fixada definida pela Taxa Selic.

BBCA

Bônus do Banco Central - Série A

BCB

Vide Bacen

BCE

Banco Central Europeu / UE

BCIE

Banco Centro-americano de Integração Econômica / MCCA



BCP

Banco Central do Paraguai

BCR/

Banco Central da República Argentina

BCU

Banco Central do Uruguai

BDR

São certificados de depósitos de valores mobiliários emitidos no Brasil por uma instituição 'Depositária' e/ou 'Emissora', com lastro em valores mobiliários (em princípio, ações) emitidos por uma pessoa jurídica estrangeira (em princípio, uma sociedade aberta, com os títulos negociados em Bolsa de Valores estrangeira),no exterior, os quais devem permanecer custodiados em uma entidade habilitada para tanto ('Custodiante') enquanto em vigor os certificados correspondentes.

Bear market

Mercado em baixa ou onde os participantes esperam queda dos preços, alta nos yields. (oposto de Bull Market).

BEG

Banco do Estado de Goiás

BEI

Banco Europeu de Investimento / UE

Bemae

Banco do Estado de Minas Gerais S.A.

Benchmark

- 1) Um referencial pelo qual algum ativo pode ser medido ou julgado.
- 2) Carteira de referência escolhida antecipadamente pelo investidor de forma detalhada, refletindo objetivos e

preferências de longo prazo da instituição quanto à relação risco-retorno e às restrições de liquidez.

Besc

Banco do Estado de Santa Catarina S.A.

Beta

Medida de risco diversificável de um ativo. O coeficiente beta pode ser visto como um índice do grau do retorno relativo de um ativo em relação ao retorno do mercado. O beta do mercado é igual a 1 e todos os outros betas são calculados em relação a esse valor. Um beta positivo sugere que o ativo move na mesma direção do mercado, enquanto um negativo sugere um movimento na direção oposta. Betas positivos são mais comuns que negativos. Um ativo com um beta igual a 2.0 reage duas vezes mais que o mercado, ou seja, experimenta uma mudança de 2% em seu retorno para cada mudança de 1% no retorno do mercado.

BIB

Brazil Investment Bond

RID

Preço de compra de um ativo no mercado.

BID

Organismo que empresta recursos multilaterais para a América Latina e Caribe.

<u>Bills</u>

Obrigações de curto prazo do tesouro norte-americano. Suas emissões têm vencimentos entre 1 e 6 meses, e são negociadas pelo desconto sobre o valor de face.

<u>Bird</u>

Organismo criado em 1944, inicialmente para financiar a reconstrução da Europa e Ásia após a II Guerra, passou posteriormente a atuar em projetos comerciais e de



infra-estrutura em países em desenvolvimento. Provê créditos a médio e longo prazo, empresta a governos e empresas. Faz captações no mercado.

BIS

O BIS é um organismo internacional que fomenta a cooperação entre bancos centrais e outras agências com o objetivo de manter a estabilidade monetária e financeira. Serve de fórum para debates; fomenta a pesquisa; realiza uma série de serviços para os bancos centrais; tem a função de agente fiduciário.

BL

Conhecimento de transporte - documento formal emitido pelo transportador, que evidencia a entrega da mercadoria para transporte e o dia em que foi recebida no ponto de embarque.

Bloomberg

Agência internacional de notícias e informações, inclusive cotações de preços de ativos.

BM&F

Instituição onde se efetua o registro, a compensação e a liquidação, física e financeira, das operações realizadas em pregão ou em sistema eletrônico, bem como desenvolve, organiza e operacionaliza mercados livres e transparentes, para negociação de títulos e/ou contratos que possuam como referência ativos financeiros, índices, indicadores, taxas, mercadorias e moedas, nas modalidades a vista e de liquidação futura.

BMICE

Banco do Magreb de Investimento e Comércio Exterior / UMA

BNB

Banco do Nordeste

BNDES

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

BNDESPAR

BNDES Participações

Bofa

Banco norte-americano, uma das contrapartes do Banco Central nas operações de aplicações das reservas internacionais.

BoJ

Bank of Japan

Boleto

Comprovante de compra e venda de moeda estrangeira, cuja utilização é obrigatória pelos bancos autorizados a operar em câmbio em algumas operações.

Bonds

Obrigações de longo prazo (30 anos) do tesouro norte-americano. Suas emissões foram suspensas em 2001 como parte do plano de encurtamento do perfil da dívida.

Bônus

Obrigações de renda fixa, similares às notas promissórias, que são emitidas por empresas, bancos ou governos. Um bônus é um certificado de dívida no qual o emissor se compromete a pagar um montante específico de juros em intervalos pré-determinados durante um período de tempo, além de pagar também o montante da emissão na data de vencimento. Como o bônus é um instrumento de dívida (renda fixa), o comprador é um credor da empresa, e não um acionista como no caso do comprador de ações.

Bônus soberano

Bônus emitidos por um país com garantias de um governo central.

Bony

Banco norte-americano, uma das contrapartes do Banco Central nas operações de aplicação das reservas internacionais.



Bovespa

Bolsa de Valores de São Paulo

Bradies

Bônus da dívida externa renegociada

Brady bonds

Séries de bônus soberanos emitidos por países emergentes nos moldes do Plano Brady, que visava reestruturar as dívidas vencidas e não pagas.

Break-even

Ponto de equilíbrio, no qual igualam-se receitas e despesas. Em finanças, pode ser entendido como o preço em que um investimento qualquer não gera nem lucro nem prejuízo.

Broker

Corretor, indivíduo ou instituição, que promove o encontro entre compradores e vendedores (bids e asks) em um dado mercado, cobrando uma comissão.

BTN

Bônus do Tesouro Nacional

BTN-BIB

Bônus do Tesouro Nacional (Brazil Investment Bond)

Bull market

Mercado em alta ou onde os participantes esperam alta dos preços e queda dos yields (oposto de bear market).

Buyer's credit

Modalidade de financiamento de uma importação em que o crédito é concedido por um terceiro, ou seja, outro que não o exportador ou o fabricante do bem no exterior, normalmente um banco.

C

C-Bond

Atualmente é o mais líquido instrumento de dívida externa dentre todos os mercados emergentes. Foi emitido como parte da renegociação da dívida brasileira em 1994 (Plano Brady) e tem vencimento em 2014. Tem prazo de carência (não pagamento de parcelas de principal) até 2004, quando passa a pagar amortizações semestrais, e uma escala crescente de taxa de juros até 2001, quando são fixados em 8%. O nome 'Capitalization Bond' - Bônus de Capitalizacão, vem do fato de que parte dos juros nos primeiros seis anos são capitalizados. O C-Bond não tem garantia de principal ou juros.

CA

Documento emitido pelo Banco Central onde autorizava a importação de bens financiados até o montante da autorização.

<u>Cabo</u>

Dólar negociado no mercado paralelo para depósito em instituição no exterior Cademp

Programa para cadastrar empresas e pessoas físicas que participam de operações sujeitas a registro no Decec.

Cadin

Cadastro Informativo de Créditos Não-Quitados com o Setor Público Federal



Cadoc

Catálogo de Documentos

CAF

Corporação Andina de Fomento / CAN

Call

Opção que pode ser exercida pelo devedor numa operação de empréstimo com lançamento de títulos no exterior.

Callable bond

Títulos com opção de compra embutida. O emissor do título pode recomprar o título antecipadamente, por um determinado preço em uma data específica.

CAM

Comitê Automotivo / Mercosul

Câmara de compensação

Uma central ou mecanismo de processamento central por meio do qual as instituições financeiras acordam trocar instruções de pagamento ou outras obrigações financeiras (ex., valores mobiliários). As instituições liquidam os instrumentos trocados em um momento determinado com base em regras e procedimentos da câmara de compensação. Em alguns casos, a câmara de compensação pode assumir responsabilidades significativas de contraparte, financeiras ou de administração do risco para o sistema de compensação.

Câmaras e prestadores de serviços de compensação

São instituições que operam qualquer um dos sistemas integrantes do sistema de pagamentos, cujo funcionamento resulte em movimentações interbancárias e envolva pelo menos três participantes diretos para fins de liquidação, dentre instituições financeiras ou demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. As câmaras de compensação são pessoas jurídicas que exercem, em caráter principal, as atividades de compensação e de liquidação, e os prestadores de serviços, por sua vez, são pessoas jurídicas que exercem, em caráter acessório, essas mesmas atividades. As câmaras e os prestadores de serviços de compensação e de liquidação têm sua atuação regulamentada pela Lei 10.214, de 27 de março de 2001, e pela Resolução 2.882, de 30 de agosto de 2001, e seu funcionamento disciplinado pela Circular 3.057, de 31 de agosto de 2001.

Câmbio contratado

Valor da moeda estrangeira de um contrato de câmbio registrado para um Cadastro de Pessoa Física - CPF ou Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica -CNPJ específico.

Câmbio liquidado

Evento relacionado a contrato de câmbio registrado e cuja obrigação de entrega das moedas estrangeira e nacional foi satisfeita.

CAN

Comunidade Andina

Cancelamento de operação de câmbio

Expressão que designa o ato de se cancelar uma determinada operação de câmbio, para o que deve haver concordância das partes contratantes, mantidos os efeitos financeiros, cambiais, estatísticos e tributários incidentes.

Capitais estrangeiros

A Lei nº 4.131, no seu art. 1º, assim define: "Consideram-se capitais estrangeiros, para os efeitos desta Lei, os bens, máquinas e equipamentos entrados no Brasil sem dispêndio inicial de divisas, destinados à produção de bens ou serviços, bem como os recursos financeiros ou monetários, introduzidos no País, para aplicação em atividades econômicas, desde que, em ambas as hipóteses, pertençam a pessoas físicas ou jurídicas residentes, domiciliadas ou com sede no exterior".



Capital contaminado

Capital pertencente a investidor não-residente que, por critérios internos ou interpretações da Lei 4.131/62, não foi reconhecido para fins de registro como investimento externo direto.

Capital social subscrito

Montante total de recursos, financeiros ou materiais, que os sócios se comprometem a aplicar (investir) na empresa.

CAR

- 1) Documento emitido pelo Banco Central autorizando remessas específicas ao exterior em caráter especial.
- 2) Documento por intermédio do qual o Departamento de Capitais Estrangeiros e Câmbio (Decec) expressa sua autorização para a efetivação de determinada remessa de divisas ao exterior, geralmente com vencimeto já ocorrido ou imediato.

Caricom

Comunidade do Caribe

Carteira de fundos - Componente da DLSP

Inclui o patrimônio líquido dos fundos regionais (FNE; FCO; FNO), do Fies, além das disponibilidades de outros fundos e programas de governos.

Carteira de títulos públicos federais das empresas

Disponibilidades de caixa das empresas estatais aplicadas no extramercado, em títulos ou outras aplicações financeiras.

CAS

Documento que demonstra a situação econômica do país membro.

CBE

- 1) De realização anual, objetiva levantar dados e informações sobre os ativos pertencentes a pessoas físicas e jurídicas, residentes ou com sede no Brasil que possuam bens e valores no exterior, em 31/12 do ano anterior, equivalentes ou superiores a R\$ 200 mil.
- 2) Companhia Brasileira de Estireno S.A.

CBI C

Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia

CBP

Companhia Brasileira de Poliuretanos

CC5

É a abreviatura do documento normativo Carta-Circular 5, editada pelo Banco Central em 1969. O nome permanece sendo utilizado pelo mercado até hoje, apesar de a referida Carta-Circular ter sido revogada em 1996, pela Circular 2.677, que atualmente regula esse tipo de operação. As chamadas operações 'CC5' podem ser descritas como sendo pagamentos/recebimentos em moeda nacional entre residentes no País e residentes no exterior mediante débitos/créditos em conta em moeda nacional mantida no país pelo não residente.

CCE

Foro não-negociador, responsável pelo exame dos assuntos sobre comércio eletrônico no âmbito da Alca. Coordenação brasileira a cargo do Ministério das Relações Exteriores.

CCEx

Comitê de Crédito às Exportações / M

CCF

É o cadastro mantido pelo Banco do Brasil, em nome do Banco Central, no qual são armazenadas informações sobre emitentes de cheques sem fundos.



CCJ

- 1) Comissão de Constituição e Justiça.
- 2) Corte Caribenha de Justiça /Caricom. Linha de crédito do FMI para prevenir desequilíbrios do balanço de pagamentos em virtude de contágio.

CCM

Comissão de Comércio / Mercosul

CCR

Convênio entre os países da Aladi (excluindo-se Cuba) e a República Dominicana que possui como objetivos básicos do Convênio: estimular as relações financeiras entre os países da região, facilitar a expansão do comércio recíproco e sistematizar as consultas mútuas em matérias monetárias, cambiais e de pagamentos. Por meio do CCR, são cursados e compensados entre os países participantes, durante períodos de quatro meses, pagamentos derivados do comércio, de bens originários e de serviços, de modo que no final de cada quadrimestre (período de compensação) transfere-se ou recebe-se apenas o saldo global do banco central de cada país com os demais. As garantias previstas pelo Convênio são as de conversibilidade das moedas nacionais a dólares dos Estados Unidos, a de transferibilidade destes através do mecanismo e a de reembolso, entre os bancos centrais, das operações cursadas pelo Convênio.

CCT

Comitê de Cooperação Técnica / Mercosul

CD

Depósito bancário a prazo fixo negociável no mercado secundário.

CDA

Comitê de Diretores de Aduana / Mercosul

CDB

Certificado de Depósito Bancário

CDCS

Comitê de Defesa Comercial e Salvaguardas / Mercosul

CD1

Certificado de Depósito Interfinanceiro

CDP

- 1) Certificado de Privatização.
- 2) Título de responsabilidade do Tesouro Nacional, emitido com a finalidade exclusiva de quitação de dívidas junto ao Instituto Nacional do Seguro Social INSS. Emitido exclusivamente sob a forma escritural na Cetip. Título de rentabilidade pós-fixada pela variação da TR.

CE

Ceará

CEB

Companhia Energética de Brasília

<u>CEEE-CO</u>

Cia. Centro-Oeste de Distribuição de Energia Elétrica

CEEE-N/NE

Cia. Norte-Nordeste de Distribuição de Energia Elétrica

CEF

Caixa Econômica Federal

CEG

Companhia Estadual de Gás do Rio de Janeiro

<u>Ceie</u>

Comitê Executivo de Integração Econômica / MCCA



Celma

Companhia Eletromecânica

Celpa

Centrais Elétricas do Pará S.A.

Celpe

Cia. Energética de Pernambuco

Cemar

Cia. Energética do Maranhão

Cemat

Centrais Elétricas Matogrossenses S.A.

Cemiq

Companhia Energética de Minas Gerais

Cemla

Organismo que busca promover o entrosamento entre os bancos centrais latinosamericanos. Promove pesquisa, divulga informações aos membros sobre temas monetários e bancários na América Latina e no Caribe; promove a capacitação do pessoal dos bancos centrais e outras instituições financeiras da área.

Censo de capitais estrangeiros no País

Sua realização é definida pela Lei 4.131/1962. O Banco Central o realiza qüinquenalmente, com o objetivo de captar informações que permitam uma análise completa da situação, movimentos e resultados dos capitais estrangeiros no País, com vistas a subsidiar a definição de políticas globais e setoriais do governo brasileiro.

<u>CEP</u>

Closer Economic Partnership / Asean / Anzcerta

Cepal

Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe

Cept

Tarifa Preferencial Efetiva Comum / Asean

CER

Vide Anzcerta

Cerj

Companhia de Eletricidade do Estado do Rio de Janeiro

Cesp

Companhia de Eletricidade do Estado de São Paulo

Cetip

Criada em 1986, a Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos – Cetip registra e custodia todos os Créditos Securitizados da União, da Dívida Agrícola (Lei 9.138, de 29/11/95 e Resolução do Bacen nº 2.471, de 26/02/98), dos Títulos da Dívida Agrária – TDA, dos Certificados Financeiros do Tesouro – CFT e dos Certificados da Dívida Pública - CDP.

CFC

Conselho Federal de Contabilidade

<u>CFF</u> Linha de crédito do Fundo destinada a apoiar países cujos termos de troca foram severamente prejudicados por flutuações nos mercados internacionais.

CFT

Título de responsabilidade do Tesouro Nacional, emitido para a realização de operações financeiras definidas em lei, exclusivamente sob a forma escritural, na Cetip. Título de rentabilidade pós-fixada (à exceção do CFT-F), possuindo diversas séries, cada qual com índice de atualização próprio (IGP-M, Dólar, TR etc).

CFT-A

Certificado Financeiro do Tesouro - Série A



CFT-C

Certificado Financeiro do Tesouro - Série C

CFT-D

Certificado Financeiro do Tesouro - Série D

CFT-E

Certificado Financeiro do Tesouro - Série E

Chamada de margem

A exigência de fundos ou garantias adicionais, após marcação a preços de mercado de uma operação de empréstimo de títulos, se o valor de mercado da garantia subjacente cai abaixo de certo nível em relação ao ativo que foi objeto de empréstimo. De maneira similar, se o valor dos ativos em garantia, após sua avaliação, excederem a margem acordada, poderia ser exigida a devolução de parte das garantias.

Cheque liquidado

É o cheque que foi pago pelo banco sacado.

Cheque prescrito

É o cheque que foi apresentado após o prazo de prescrição (6 meses após o prazo de apresentação). Nessa situação, o beneficiário perde o direito de execução, sendo possível apenas ação comum na justiça, para reaver o seu crédito.

Cheques de viagem

- 1) São documentos emitidos e vendidos ao viajante por instituição financeira e recebidos pelo comércio como se fossem dinheiro.
- 2) Documento emitido após o registro do desembaraço das mercadorias pelo AFTN (Auditor Fiscal do Tesouro Nacional).

Ciclo de liquidação

O tempo que se requer para liquidar um pagamento ou uma operação com valores mobiliários.

Cida

Agência governamental canadense.

Cide

Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico

CIF

Custo, Seguro e Frete (Cost Insurance Freight).

CIM

Comissão de Indicadores Macroeconômicos / SGT-14

Ciquina

Ciquine Companhia Petroquímica

Circuit breaker

Uma condição de negociação que é adotada pelas Bolsas de Valores. Através do circuit breaker, o pregão é imediatamente interrompido toda vez que o índice representativo dos preços de um conjunto de ações tenha queda substancial. No caso da Bolsa de Valores de São Paulo, o circuit breaker é adotado quando o Ibovespa tem uma queda de 10%.

Cisão

Operação pela qual a empresa transfere parcelas do seu patrimônio para uma ou mais sociedades, constituídas para esse fim ou já existentes, extinguindo-se a empresa cindida, se houver versão de todo o seu patrimônio, ou dividindo-se o seu capital, se parcial versão.

CLC

Comissão de Livre Comércio / Nafta

CLPJ

Contribuição sobre Lucro de Pessoas Jurídicas



Clube de Paris

Instituição informal sem existência jurídica reconhecida, cujas reuniões ocorrem em Paris e que tem como finalidade renegociar a dívida governamental de países em dificuldades financeiras. A maior parte de seus membros são países integrantes da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE.

CMC

Órgão superior, responsável pela condução política do processo de integração e composto pelos Ministros das Relações Exteriores e de Economia dos Estados Partes do Mercosul. Coordenação brasileira a cargo do Ministério das Relações Exteriores.

CMCA

Conselho Monetário Centro-Americano / MCCA

CMCp

Comissão técnica responsável pelo exame dos assuntos relativos a mercado de capitais nos Estados Partes do Mercosul. Coordenação brasileira a cargo da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

CME

Chicago Mercantile Exchange

CMN

Formular as políticas monetária, creditícia e cambial, objetivando a estabilidade da moeda e o desenvolvimento econômico e social do país.

CNAE

Utilizada no Cademp para identificação da atividade econômica das empresas cadastradas.

CNB

Comitê responsável pela negociação do futuro acordo de integração Mercosul - União Européia. Coordenação brasileira a cargo do Ministério das Relações Exteriores.

CNC

- 1) Órgão responsável pela supervisão das negociações nos diversos grupos de negociações do Acordo Alca. Coordenação brasileira a cargo dos Ministérios das Relações Exteriores e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.
- 2) Comitê de Negociações Comerciais / Alca.
- 3) Consolidação das Normas Cambiais / Bacen.

CNI

Confederação Nacional da Indústria

<u>CNPJ</u>

Código gerido pela Secretaria da Receita Federal e utilizado para identificação das empresas no Cademp.

<u>CNSP</u>

Conselho Nacional de Seguros Privados / Susep

Coaf

Conselho de Controle de Atividades Financeiras

Cobertura cambial

Valor passível de pagamento ao exterior em consequência de importação realizada por pessoa física ou jurídica domiciliada no País.

Codep

Comitê Deliberativo sobre Proposta de Decisão de Processos Administrativos Punitivos Codesa

Companhia Docas do Espírito Santo



Código de natureza de operação

É o código que identifica a operação de câmbio, trazendo informações quanto à sua classificação, finalidade, cliente, pagador/recebedor no exterior e existência ou não de aval do Governo Brasileiro.

Coelba

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia

Coelce

Cia. de Energia Elétrica do Ceará

Cofins

Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social

Coint

- 1) Consultoria para Assuntos de Integração / Derin / Bacen.
- 2) Coordenação dos assuntos financeiros em processos de integração econômica. Colateral
- 1) Garantias vinculadas a determinado título (por exemplo, Par e Discount), quando de sua emissão. Geralmente são títulos do Tesouro Americano por serem considerados ativos livres de risco.
- 2) Valor fornecido, em títulos ou dinheiro, para servir como garantia de empréstimo de títulos (vide securities lending).

Collateral agent

Agente administrador das garantias (colaterais) vinculadas ao bônus ao par, ao bônus de desconto e ao bônus de redução temporária de juros.

Comesa

Mercado Comum para África Oriental e Meridional

Comgás

Cia. de Gás de São Paulo

Comieco

Conselho de Ministros de Integração Econômica / MCCA

Comitê de Basiléia

O Comitê de Supervisão Bancária de Basiléia é formado por representantes das entidades de supervisão dos países pertencentes ao G-10 (sócios principais do BIS). Tem a função de estabelecer recomendações para padronização das práticas de supervisão bancária a nível internacional.

Comoc

Assessorar tecnicamente o Conselho Monetário Nacional.

Companhia hipotecária

Instituição que tem por objetivos, entre outros: conceder financiamentos destinados à produção reforma ou comercialização de imóveis residenciais ou comerciais e lotes urbanos; repassar recursos destinados ao financiamento da produção ou da aquisição de imóveis residenciais. Deve ser constituída sob a forma de sociedade anônima e na sua denominação social deve constar a expressão "companhia hipotecária" (ver a Resolução 2122/94).

Compensação

Um acordo para compensar posições ou obrigações por parte dos participantes ou sócios de uma negociação. A compensação reduz um grande número de posições ou obrigações individuais a um número menor de obrigações ou posições. A compensação pode adotar diversas formas com distintos graus de exigibilidade legal em caso de inadimplência de alguma das partes.

Compensação bilateral

Um acordo entre duas partes para compensar suas obrigações bilaterais. As obrigações cobertas pelo acordo podem surgir de contratos financeiros, transferências ou de ambos.



Compensação de encerramento (closeout-netting)

Uma forma especial de compensação realizada logo após alguns eventos predefinidos tais como uma inadimplência. A compensação de encerramento tem o propósito de reduzir as exposições em contratos abertos se uma das partes reúne certas condições definidas em contrato (por exemplo, se está sujeita a procedimentos de insolvência) antes da data da liquidação (também é denominada compensação de inadimplência, compensação de contratos em aberto ou compensação de contratos de substituição).

Compensação multilateral

Procedimento que se caracteriza pela apuração da soma dos resultados bilaterais devedores e credores de cada participante em relação aos demais. O resultado da compensação multilateral também corresponde ao resultado de cada participante em relação à câmara ou ao prestador de serviços de compensação e de liquidação que assuma a posição de parte contratante para fins de liquidação das obrigações realizadas por seu intermédio.

Compensação por novação

Os acordos de compensação por novação estabelecem disposições para que os compromissos contratuais individuais futuros (por exemplo, contratos de moeda estrangeira) sejam cancelados (descarregados) no momento de sua confirmação e sejam substituídos por novas obrigações que fazem parte de um acordo único. Os montantes vencidos sob o contrato cancelado se agregarão aos saldos correntes que vencem entre as partes, em cada moeda, para cada data-valor futura.

Compensação privada de créditos

Quitação de débitos e créditos, entre residentes e não residentes no País, sem movimentação cambial, por meio de simples lançamentos contábeis. Prática vedada pelo Decreto-Lei 9025/46.

Compra de câmbio

Negócio realizado entre uma pessoa física ou jurídica (cliente) com uma instituição autorizada e/ou credenciada a operar em câmbio pelo Banco Central do Brasil (instituição). A instituição entrega ao cliente a moeda nacional pelo valor equivalente à moeda estrangeira adquirida.

Conar

Consultoria responsável pelo: suporte ao Gabin na análise de processos relacionados com pedidos de revisão de decisões exaradas pelas Gerências Técnicas Regionais e com matéria não regulamentada por elas encaminhados à Sede, referentes à área de competência da Subunidade; supervisão dos procedimentos adotados pelas Gerências Técnicas Regionais na execução das atividades relacionadas com a respectiva área de atuação; gerenciamento dos procedimentos de registro no sistema Registro Declaratório Eletrônico - RDE; atendimento de dúvidas da clientela no que se refere aos procedimentos de registro; registro e acompanhamento das operações de investimentos brasileiros no exterior, instalação e manutenção de escritórios no exterior e remessas diversas, ainda não incluídas no sistema RDE; gerenciamento do sistema Cadastro de Empresas – Cademp; atualização dos registros relativos a ingressos/desembolsos e aos pagamentos de operações relativos a créditos externos.

Condicionalidade

Conjunto de condições impostas pelo Fundo ao país membro para que este faça uso de recursos do Fundo. Normalmente é objeto de negociações.

Coneri

Companhia de Navegação do Estado do Rio de Janeiro.

Conferência de ações ou quotas no país

Integralização de capital subscrito mediante dação, para empresa receptora brasileira, de participação societária (ações ou quotas) detida por investidor não-residente em outra empresa receptora brasileira.



Conferência internacional de ações ou quotas

Capitalização de empresa no País com integralização de capital mediante dação, por investidor não residente, de participação societária (ações ou quotas) detida em empresa sediada no exterior ou capitalização de empresa estrangeira com integralização de capital mediante dação de participação societária detida em empresa sediada no País.

Conta de liquidação de títulos

É a conta na qual são liquidadas as ordens de transferência de títulos emitidas pelo seu titular, participante do Selic.

Conta de liquidação financeira

É a conta na qual são liquidadas as ordens de transferência de fundos emitidas pelo seu titular, participante do STR.

Conta reservas bancárias

É a conta mantida pelos bancos comerciais, bancos múltiplos com carteira comercial, bancos de investimento e caixas econômicas no Banco Central do Brasil. A conta Reservas Bancárias é utilizada para processar diariamente a movimentação financeira das mencionadas instituições, inclusive para fins de cumprimento do recolhimento compulsório.

Contraparte central

- 1) Uma entidade que atua como comprador para todo vendedor e como vendedor para todo comprador para uma serie específica de contratos, por exemplo, aqueles que se executam em uma bolsa ou bolsas particulares.
- 2) Uma entidade que atua como comprador para todo vendedor e como vendedor para todo comprador para uma série específica de contratos, por exemplo, aqueles que se executam em uma bolsa ou bolsas particulares.

Contrato de câmbio

O contrato de câmbio é o documento que formaliza a operação de câmbio. Nele, constam informações relativas à moeda estrangeira que uma pessoa está comprando ou vendendo, à taxa contratada, ao valor correspondente em moeda nacional e aos nomes do comprador e do vendedor.

Contrato de câmbio tipo 1

Destinado à contratação de câmbio de exportação de mercadorias e de serviços Contrato de câmbio tipo 2

Destinado à contratação de câmbio de importação de mercadorias pagáveis.

Contrato de câmbio tipo 3

Destinado à contratação de câmbio referente a operações de natureza financeira - ingresso no País.

Contrato de câmbio tipo 4

Destinado à contratação de câmbio de natureza financeira, importações financiadas sujeitas a registro no Banco Central e as de câmbio manual previstar para ocorrer no MCTL - saída de divisas.

Contrato de câmbio tipo 5

Destinado à contratação de câmbio entre instituições, entre departamentos e de arbitragens – compra.

Contrato de câmbio tipo 6

Destinado à contratação de câmbio entre instituições, entre departamentos e de arbitragens – Vendas.

Contrato de câmbio tipo 7

Destinado à alteração de contrato de compra de câmbio.

Contrato de câmbio tipo 8

Destinado à alteração de contrato de venda de câmbio.



Contrato de câmbio tipo 9

Destinado ao cancelamento de contrato de compra de câmbio.

Contrato de câmbio tipo 10

Destinado ao cancelamento de contrato de venda de câmbio.

Controladores

Para efeito do exame de processos no banco central do brasil, são considerados como controladores tanto os diretos quanto os indiretos (pessoas jurídicas intermediárias e pessoas físicas controladoras finais). Quando não estiver perfeitamente definido o controle societário da instituição, serão considerados como controladores todos os acionistas/quotistas detentores de ações/quotas com direito a voto, os quais possam se compor com outros acionistas/quotistas para formar o grupo controlador.

Controle cambial de exportação e/ou de importação

Exercício de cobrança e/ou orientação a exportadores e importadores para que sejam adotadas as providências de aplicação/vinculação de contratos de câmbio a Registros de Expotação (REs) ou Declarações de Importação (DIs), conforme o caso.

Controle de capitais brasileiros no exterior

Tratamento de informações com a conseqüente cobrança e/ou orientação a pessoas físicas ou jurídicas brasileiras para que o ingresso ou a saída de valores no/do país ocorra, de acordo com a legislação vigente, tempestivamente à informação a ser prestada ao Banco Central.

Controle de capitais estrangeiros no país

Tratamento de informações com a consequente cobrança e/ou orientação a representantes nacionais de investidores estrangeiros para que o ingresso ou a saída de valores no/do país ocorra, de acordo com a legislação vigente, tempestivamente à informação a ser prestada ao Banco Central.

Conversão de créditos externos

Transformação de um crédito detido no País por pessoa física ou jurídica domiciliada no exterior, passível de gerar remessa direta de divisas pelo devedor ao credor, em outra modalidade de crédito externo ou em investimento direto ou em portfólio.

Convexidade

Corresponde à segunda derivada do preço do título com respeito ao seu yield. Os preços dos títulos possuem uma relação não linear com o yield. A duração captura efeitos lineares de variações nos yields. A convexidade serve para capturar efeitos não lineares.

Cooperativa

É uma sociedade de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, sem fins lucrativos, constituída para prestar serviços aos associados (ver a Lei 5764/71).

Cooperativa de crédito

As cooperativas de crédito devem adotar, obrigatoriamente, em sua denominação social, a expressão "cooperativa", vedada a utilização da palavra "banco". Devem possuir o número mínimo de 20 (vinte) cooperados e adequar sua área de ação às possibilidades de reunião, controle, operações e prestações de serviços. São autorizadas cooperativas de dois tipos: cooperativas de economia e crédito mútuo e cooperativas de crédito rural (ver a Resolução 2771/2000).

Cooperativa de crédito rural

É a cooperativa de crédito cujo quadro social é formado por pessoas físicas que, de forma efetiva e preponderante, desenvolvam, na área de atuação da cooperativa, atividades agrícolas, pecuárias ou extrativas, ou se dediquem a operações de captura e transformação de pescado e, excepcionalmente, por pessoas jurídicas que exerçam exclusivamente as mesmas atividades.



Cooperativa de economia e crédito mútuo

É a cooperativa de crédito cujo quadro social é formado por pessoas físicas que exerçam determinada profissão ou atividades comuns, ou estejam vinculadas à determinada entidade e, excepcionalmente, por pessoas jurídicas que, na forma da lei, se conceituem como micro ou pequena empresa que tenham por objeto as mesmas ou correlatas atividades econômicas das pessoas físicas ou, ainda, aquelas sem fins lucrativos, exceto cooperativas de crédito.

Copad

Comitê de Instauração de Processos Administrativos

Copel

Companhia Paranaense de Energia Elétrica

Copene

Petroquímica do Nordeste S.A.

Coperbo

Cia. Pernambucana de Borracha Sintética

Copesul

Companhia Petroquímica do Sul

Copom

Comitê instituído em 20 de junho de 1996 com o objetivo de estabelecer as diretrizes da política monetária e definir a taxa básica de juros. O Copom decide a meta da taxa Selic que deve vigorar no período entre suas reuniões e, em alguns casos, o seu viés. A taxa Selic é a média ajustada dos financiamentos diários apurados no Sistema Especial de Liquidação de Custódia (Selic) para títulos federais.

Cosama

Cia. de Saneamento do Amazonas

Cosern

Cia. Energética do Rio Grande do Norte

Cosif

Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional

Cosinor

Companhia Siderúrgica do Nordeste

Cosipa

Companhia Siderúrgica Paulista

Cotepe

Comissão Técnica Permanente do ICMS

CP

Nota promissória emitida por uma empresa ou governo. Suas características principais são: curto prazo (até 270 dias no mercado americano), sem garantia e são vendidas na forma de desconto sobre o valor de face. São títulos de dívida emitido por empresas, normalmente com o objetivo de suprir necessidades financeiras de curto prazo.

CPC

- 1) Companhia Petroquímica de Camaçari.
- 2) Comissão Parlamentar Conjunta / Mercosul.

CPF

Código gerido pela Secretaria da Receita Federal e utilizado para identificação de pessoas físicas no Cademp.

CPFL

Companhia Paulista de Força e Luz

CPI

Índice de Preços ao Consumidor (externo)



CPLG

O grupo de integração para os princípios essenciais é vinculado ao Comitê de Basiléia. Fazem parte do grupo países pertencentes ao G-10 (sócios principais do BIS) e países do G-Não 10 (países emergentes recentemente admitidos como sócios do BIS. Tem a função de integrar o Comitê de Basiléia com os países de economia emergente e discutir as recomendações de padronização das práticas internacionais de supervisão).

CPMF

Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Crédito e Direitos de Natureza Financeira

COR

Companhia Química do Recôncavo S.A.

CR

Documento emitido pelo Banco Central que atestava nos termos da Lei nrº 4.131/62 o registro de operações de crédito e de investimento no Banco Central.

Credenciamento de operação de crédito

Processo de análise preliminar das condições financeiras das operações de crédito a serem contratadas no exterior por entidades do Setor Público.

Credireal

Banco de Crédito Real de Minas Gerais S.A.

Credit rating

Nota do risco de crédito de uma instituição financeira ou país; capacidade de esta instituição/país honrar seus débitos.

Credit Tranches

Nome dado pelo FMI às várias parcelas com que cada país contribui com recursos para o Fundo. Tal ocorre porque esta contribuição pode se dar em diferentes moedas.

<u>Créditos do BCB junto a instituições financeiras</u>

Créditos do Banco Central junto a bancos comerciais, de investimento e múltiplos, sociedades de crédito financeiro, caixas econômicas (carteira imobiliária), sociedades de crédito imobiliário e associações de poupança decorrentes de operações de assistência financeira ou de liquidez.

Crosa

Organização Regional para Padrões e Qualidade / Caricom

<u>CRSFN</u>

Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional

CRT

Companhia Riograndense de Telecomunicações

CS

Comissão técnica responsável pelo exame dos assuntos relativos a seguros nos Estados Partes do Mercosul. Coordenação brasileira a cargo da Superintendência de Seguros Privados (Susep).

CSAV

Comitê de Sanidade Animal e Vegetal / Mercosul

CSF

Comissão técnica responsável pela integração dos sistemas financeiros dos Estados Partes do Mercosul. Coordenação brasileira a cargo do Departamento de Normas do Sistema Financeiro (Denor/Bacen).

CSLM

Comissão Sócio-Laboral / Mercosul

CSM&E

Economia e Mercado Único / Caricom



CSN

Companhia Siderúrgica Nacional

CST

Companhia Siderúrgica de Tubarão

CT

Comitê Técnico

CT-1

Comitê Técnico 1 - Tarifas, Nomenclatura e Classificação de Mercadorias / Mercosul

CT-2

Comitê Técnico 2 - Assuntos Aduaneiros / Mercosul

CT-3

Comitê Técnico 3 - Normas e Disciplinas Comerciais / Mercosul

CT-4

Comitê Técnico 4 - Políticas Públicas que Distorcem a Competitividade / Mercosul

CT-5

Comitê Técnico 5 - Defesa da Concorrência / Mercosul

<u>CT-7</u>

Comitê Técnico 7 - Defesa do Consumidor / Mercosul

CTI

Comitê Técnico sobre Assuntos Institucionais / Alca

CTN

- 1) Certificado do Tesouro Nacional.
- 2) Título de responsabilidade do Tesouro Nacional, emitido diretamente para mutuários do crédito agrícola, com a finalidade exclusiva de servir como garantia do principal na novação das referidas dívidas, junto às instituições financeiras. Emitido exclusivamente sob a forma escritural na Cetip. Título de rentabilidade pós-fixada pela variação do IGP-M.

CUB

Custo Unitário Básico

Cupom

Juros nominais de instrumentos de dívida.

Currency Forward

Operação a termo de troca de uma determinada moeda por outra num tempo futuro, a valores predeterminados no momento da operação.

Curso forçado

É a capacidade que só a moeda tem de liquidar obrigações forçando o credor a dar quitação do pagamento efetuado. Só o Real tem curso forçado no Brasil.

Curva de juros

Relação entre os rendimentos dos títulos e seus prazos de vencimento.

Cusin

Número de identificação dos títulos americanos e canadenses, formado por nove dígitos alfanuméricos.

Custo de oportunidade

Corresponde à taxa de retorno sobre a melhor alternativa de investimento, que não foi selecionada.

Custódia

A conservação e administração de valores mobiliários e outros instrumentos financeiros em nome de outros.



Custodiante

Uma entidade, em geral um banco, que guarda e administra valores mobiliários para seus clientes e que pode oferecer vários outros serviços incluindo a compensação e liquidação, administração de caixa, operações de câmbio e empréstimo de títulos.

Custodiante global

Um custodiante que proporciona a seus clientes serviços de custódia de valores mobiliários que são negociados e liquidados não somente no país onde o custodiante está localizado, mas também em muitos outros países do mundo.

Custodiante local

Um custodiante que provê serviços de custódia para os valores mobiliários que são negociados e liquidados no país em que este está localizado.

CVM

Autarquia federal responsável pela regulação, autorização fiscalização do mercado de capitais no País (aplicações em portfólio, mercado futuro, bolsa de valor, etc.)

CVRD

Companhia Vale do Rio Doce



Datamec

Datamec S.A. - Sistema e Processamento de Dados.

Dav-trade

Combinação de operações de compra e de venda realizadas por um investidor com o mesmo título em um mesmo dia.

DCB

Bônus de Conversão de Dívida (Debt Conversion Bond)

Dealer de câmbio

São os bancos por meio dos quais o Bacen atua no mercado de câmbio; são escolhidos dentre as instituições autorizadas a operar em câmbio, segundo critérios de volume de negócios e qualidade na prestação de informações ao Banco Central (Carta Circular 3.027).

Dealer do mercado aberto

Bancos ou corretoras por meio dos quais o Bacen atua no mercado aberto; são 22 instituições selecionadas duas vezes ao ano segundo critérios de volume de negócios e qualidade na prestação de informações ao Banco Central (Circular 3.053).

Dealers

São instituições financeiras que atuam, por sua conta e risco, no mercado financeiro intermediando operações de compra e venda de títulos.

Deban

Departamento de Operações Bancárias e de Sistema de Pagamentos do Banco Central do Brasil

Debêntures

Dívidas das empresas estatais federais e estaduais representadas por emissão de debêntures.

Decec

Departamento de Capitais Estrangeiros e Câmbio / Bacen



Decex

Órgão vinculado a Secex, responsável pela análise e acompanhamento de operações de exportação e importação, análise estatística, gerência do Siscomex (no que tange à parte comercial das transações) e planejamento das ações de comércio exterior brasileiro.

Dedip

Departamento da Dívida Pública do Banco Central do Brasil

Default

Atraso ou não pagamento de título ou cupom na data de vencimento do mesmo. Declaração de insolvência do devedor, decretada pelos credores quando as dívidas não são pagas nos prazos estabelecidos.

Defin

Departamento de Gestão de Informações do Sistema Financeiro

Deint

Departamento de Negociações Internacionais / Secex / MDIC

<u>Dejur</u>

Procuradoria Geral

DEM

Marco alemão

Demab

Unidade do Banco Central que tem por função, dentre outras, a de controlar a liquidez do mercado, por meio de compra e venda de títulos públicos federais. É o administrador do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic).

Denor

Departamento de Normas do Sistema Financeiro

Deorf

Departamento de Organização do Sistema Financeiro do Bacen

Denec

Departamento Econômico do Banco Central do Brasil

Depin

Departamento de Operações das Reservas Internacionais.

Responsável pela administração das reservas internacionais do País, pela execução da política cambial e pela gestão tática do passivo externo.

<u>Depositário</u>

Um agente cujo papel fundamental consiste em registrar valores mobiliários, seja em forma física ou eletrônica, e manter um registro da propriedade de tais valores mobiliários.

Depositário central de valores mobiliários

Um serviço (ou instituição) para conservar os valores mobiliários e permitir que as operações com os mesmos sejam processadas mediante o sistema de registro em livros. Os valores mobiliários físicos podem estar imobilizados no depositário ou podem estar desmaterializados (ou seja, que existem somente como registros eletrônicos). Além da função de salvaguarda, um depositário central de valores mobiliários pode incorporar funções de comparação, compensação e liquidação.

Depósito Prévio

Valor exigido dos bancos comerciais, dos bancos múltiplos com carteira comercial e das caixas econômicas para participação nas sessões diárias da Centralizadora da Compensação de Cheques e Outros Papéis-Compe.

Depósitos à vista - Componente da DLSP

Depósitos à vista de estados, municípios, empresas estatais e agências descentralizadas junto ao sistema financeiro.



DER

Depósito Especial Remunerado

Derin

Departamento da Divída Externa e de Relações Internacionais.

Relacionamento institucional com organismos e foros internacionais e outros bancos centrais; coordenação dos assuntos financeiros em processos de integração econômica; gestão dos acordos da dívida externa e convênios internacionais de pagamentos; e administração do passivo externo.

DES

Moeda escritural utilizada pelo FMI

Deságio, recorte (haircut)

A diferença entre o valor de mercado de um título valor e seu valor como garantia. Os emprestadores de fundos fazem deságio para proteger o emprestador, caso surja a necessidade de liquidar a garantia devido a perdas originadas por quedas no valor de mercado do título.

Desimpedimento

Ato de inserir no Sisbacen - Sistema de Informações do Banco Central do Brasil, a liberação para a realização de eventos relacionados a operações de câmbio, para um CNPJ/CPF anteriormente impedido.

<u>Desmaterialização</u>

A eliminação de certificados físicos ou documentos de titularidade que representam a propriedade dos valores mobiliários de modo que os mesmos existem somente como registros contábeis.

Despacho aduaneiro

Ato típico da Secretaria da Receita Federal, realizado no Siscomex, indicativo da concretização de uma operação de exportação ou de importação.

Desprovisionamento

Ato de se desvincular Registro de Exportação - RE de contrato de câmbio de exportação - ver Provisionamento.

<u>Desvalorização</u>

Diferença negativa entre os valores de baixa, em moeda estrangeira e/ou nacional, dos itens investimento e reinvestimento e o valor remissível/registrável, em moeda estrangeira e/ou nacional, em nome edo investidor nãoresidente, oriundo de alienação da participação societária a residente, de redução de capital para restituição a sócio e/ou liquidação de receptora.

Deten

Deten Química S.A.

DI

- 1) Depósito Interfinanceiro.
- 2) Documento formulado eletronicamente pelo importador compreendendo o conjunto de informações gerais correspondentes a uma determinada operação de importação e conjuntos de informações específicas de cada mercadoria objeto da importação (adição).
- 3) Compreende o conjunto de informações gerais corespondentes a uma determinada operação de importação e conjuntos de informações específicas de cada mercadoria objeto da importção (adição). É formulada pelo importador em seu equipamento, sem que esteja interligado ao computador central (off-line).

Dibap

Divisão de Balanço de Pagamentos / Depec / Bacen

Dieese

Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos



Direc

Divisão de Registros e de Implemetação de Convênios.

Divisão responsável pela conciliação e pagamentos da dívida externa.

Direcionamento da poupança

Aplicações obrigatórias em financiamentos imobiliários dos recursos captados em caderneta de poupança pelas instituições integrantes do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo-SPBE.

Direx

Diretoria de Assuntos Internacionais / Bacen

Discount bond

- 1) O Discount Bond (Bônus com Desconto) foi emitido como parte da renegociação da dívida brasileira em 1994 (Plano Brady) e tem vencimento em 2024. O bônus foi emitido em troca de dívida antiga, com desconto de 35% sobre o valor de face (daí seu nome), tem amortização única ao final do trigésimo ano e paga coupons de Libor (London Interbank Offered Rate) de seis meses, mais 0,8125% ao ano. O Discount Bond tem garantia total de principal (com títulos do Tesouro norte americano servindo como colateral) e garantia parcial de juros.
- 2) São títulos de renda fixa (bonds) cujo preço está abaixo do valor de resgate. 'Deep discount bonds' são aqueles títulos que estão sendo cotados com um desconto de mais de 20% do seu valor de face. Em geral o preço destes títulos sobe mais rápido quando as taxas de juros caem e cai mais rápido quando as taxas de juros sobem.

Discount notes

Obrigações de curto prazo emitidas pelas agências governamentais e supranacionais. Suas emissões têm vencimentos de até um ano, e são negociadas pelo desconto sobre o valor de face, como os treasury bills.

Dístico

Cada uma das inscrições que constituem o texto da cédula ou da moeda metálica. Pode indicar o valor, o emissor, o fabricante, a data etc.

Dívida Bancária - Componente da DLSP

Empréstimos e financiamentos feitos por instituições financeiras públicas e privadas ao setor público não financeiro.

Dívida bruta do governo geral

A dívida bruta do governo geral abrange o total dos débitos de responsabilidade do Governo Federal, dos governos estaduais e dos governos municipais, junto ao setor privado, ao setor público financeiro, ao Banco Central e ao resto do mundo. Os débitos de responsabilidade das empresas estatais das três esferas de governo não são abrangidos pelo conceito. Os débitos são considerados pelos valores brutos, sendo as obrigações vinculadas à área externa convertidas para reais pela taxa de câmbio de final de período (compra). Os valores da dívida mobiliária do Governo Federal (que abrange dívidas securitizadas e carteira de títulos públicos federais no Banco Central), são calculados com base na posição de carteira, que não leva em consideração as operações compromissadas realizadas pelo Banco Central. São deduzidos da dívida bruta do Governo Federal os créditos representados por títulos públicos que se encontram em poder de seus órgãos da administração direta e indireta, de fundos públicos federais, dos estados e dos municípios, a saber: aplicações da previdência social em títulos públicos, aplicações do FAT e outros fundos em títulos públicos e aplicações dos estados em títulos públicos federais. Analogamente, são deduzidas da dívida dos governos estaduais e dos municipais, as parcelas correspondentes aos títulos em tesouraria.

Dívida externa

Dívida pública externa de curto, médio e longo prazos líquidos de reservas internacionais e garantias.



Dívida externa não registrada

Agrega as operações de dívida sem registro no Banco Central, como linhas de crédito de comércio de curto prazo.

Dívida externa registrada

Agrega as operações de dívida que devem ser registradas no Banco Central.

Dívida externa total

Equivale a soma das dívidas externas registradas e não registradas.

Dívida mobiliária do Banco Central

Dívida pública interna do Banco Central do Brasil constituída pelos títulos públicos de sua emissão registrados no Sistema Eletrônica de Liquidação e Custódia (Selic), colocados e resgatados em moeda nacional. Atualmente, existe apenas as Notas do Banco Central - série E e F, indexadas ao câmbio. O Banco Central do Brasil, por força da Lei Complementar nº 101, não mais emitirá títulos públicos.

Dívida mobiliária do Tesouro Nacional

Dívida pública interna do Tesouro Nacional constituída pelos títulos públicos de emissão do Tesouro Nacional registrados no Sistema Eletrônica de Liquidação e Custódia (Selic) ou na Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos (Cetip), colocados e resgatados em moeda nacional.

Dívida mobiliária líquida

Dívida mobiliária de estados e municípios em mercado, descontados os títulos em tesouraria.

Dívida securitizada

Título de responsabilidade do Tesouro Nacional, emitido em decorrência de assunção e renegociação de dívidas da União ou por ela assumidas por força de lei. Emitido exclusivamente sob a forma escritural na Cetip. Títulos de rentabilidade pós-fixada, possuindo diversas séries, cada qual com índice de atualização próprio (IGP-DI, Dólar e TR).

Dívidas reestruturadas

Dívidas de estados, municípios e estatais junto à União decorrentes de operações de crédito externo assumidas pela União relativas aos avisos MF-30 de 29/8/1983, ao BIB, ao Clube de Paris, à divida de médio e longo prazo (DMLP) e ao Programa de Modernização do Setor de Saneamento (PMSS).

Dívidas securitizadas

Inclui os certificados de privatização (CP), que são títulos de emissão do Tesouro Nacional utilizáveis na compra de ações de empresas estatais no âmbito do Programa Nacional de Desestatização, as dívidas vencidas e renegociadas (DVR), que constituem em dívidas vencidas da União e de empresas estatais, assumidas e renegociadas pelo governo federal mediante securitização com emissão de títulos registrados no Cetip, e os títulos da dívida agrária (TDA) em mercado, que foram emitidos pelo Tesouro Nacional nos processos de desapropriação de terras para reforma agrária.

DLSP

A DLSP é definida como o balanceamento entre as dívidas e os créditos do setor público não-financeiro e do Banco Central. Os saldos são apurados pelo critério de competência, ou seja, a apropriação de encargos é contabilizada na forma prorata, independente da ocorrência de liberações ou reembolsos no período. Eventuais registros contábeis que não utilizam esse critério são corrigidos para manter a homogeneidade da apuração. A Dívida Líquida do Setor Público (DLSP) é utilizada como base para o cálculo do déficit público 'abaixo da linha' Os saldos da dívida externa brasileira são primeiramente convertidos para dólar americano, e posteriormente convertidos para reais pela cotação de venda do dólar dos Estados Unidos no mercado de câmbio de taxas livres. Diferentemente de outros países, o conceito de dívida líquida utilizada no Brasil considera os ativos e passivos financeiros



do Banco Central, incluindo, dessa forma, a base monetária como componente da dívida, principalmente, pelo fato de constituir forma de financiamento, como será desenvolvido no item das necessidades de financiamento do setor público.

DOC-C

É um documento para transferência de valores entre contas-correntes da mesma ou de diferentes instituições. Sua utilização para transferência de valores para contas de poupança não é de aceitação obrigatória pelos bancos.

Dólar futuro

Dólar negociado na BM&F, para liquidação futura.

Dólar pronto

Dólar negociado no mercado à vista, geralmente com liquidação em dois dias úteis (D2).

DR

São certificados representativos de ações ou outros valores mobiliários que representam direitos e ações, emitidos no exterior por instituição denominada 'Depositária', com lastro em valores mobiliários de emissão de empresas brasileiras depositados em custódia específica no Brasil.

Drawback

Benefício fiscal concedido às importações realizadas com a finalidade de futuras exportações.

DSE

Documento representativo de uma exportação de pequeno valor - até US\$ 10 mil - com procedimentos simplificados perante o Siscomex.

DSI

Documento representativo de uma importação de pequeno valor - até US\$ 3 mil -, com procedimentos simplificados perante o Siscomex.

DU

Dias úteis

Due diligence

Processo investigatório conduzido por instituição interessada em contratar os serviços de outra. Verificar a consistência dos serviços e a existência de fatos materiais.

Duplo comando

Combinação de comandos executados, de um lado, pelo cedente/vendedor e, de outro, pelo cessionário/comprador para a efetivação do registro e da liquidação de cada operação no Selic, devendo ambos serem instruídos com os mesmos dados.

Duração (duration)

Medida da mudança no valor de um instrumento financeiro em resposta a uma variação nas taxas de juros.

DVP 1

Corresponde à transferência dos títulos do vendedor para o comprador simultaneamente à transferência de recursos do comprador para o vendedor. Neste modelo, as operações de transferência de títulos e de recursos são efetuadas uma a uma pelo seu valor bruto em tempo real.



EBE

Empresa Bandeirante de Energia



ECB

Banco Central Europeu

EcE ou DvD

Um vínculo entre dois sistemas de transferência (liquidação) de valores mobiliários que garante que a entrega ocorre se, e somente se, a outra entrega ocorre e vice-versa.

Ecom

Vide CCE

EcP ou DvP

Um vínculo entre um sistema de transferência de valores mobiliários e um sistema de transferência de fundos que garante que a entrega ocorre se, e somente se, o pagamento ocorrer.

ECU

European Currency Unit

EDN

Estireno do Nordeste S.A.

EFF

Linha de Crédito do FMI destinada a apoiar reformas estruturais, com maturidade mais extensa.

Eficiência de mercado

Teoria em que os preços dos títulos ou de moedas estrangeiras refletem toda as informações que, transmitidas rapidamente, corrigem as diferenças entre os preços antes que uma arbitragem possa acontecer.

Ffíaie

Representação de figura humana, real ou simbólica.

EI Bond

Bônus emitido como parte da renegociação da dívida externa brasileira em 1994 (Plano Brady) e tem vencimento em 2006. Teve um prazo de carência até 1997, quando passou a pagar amortizações semestrais crescentes, e paga juros de Libor de seis meses mais 0,8125%, também semestralmente. O EI Bond não tem garantia de principal ou juros.

EIB

Corresponde ao agente financeiro da União Européia. Liderado pelos ministros de finanças dos países da União Européia, o EIB promove empréstimos para empresas trans-européias e projetos de infra-estrutura, notadamente para os países menos desenvolvidos da UE. Também participa de ajuda para o desenvolvimento de aproximadamente 150 países, a maioria ex-colônias européias.

FΙ

Bônus de Juros Elegível (Elegible Interest Bond)

Elektro

Elektro Eletricidade e Serviços S.A.

Elemento de segurança

Detalhe da cédula ou da moeda que constitui obstáculo à falsificação.

Eletrobrás

Centrais Elétricas Brasileiras S.A.

Eletronet

Eletronet S.A.

Eletropaulo

Eletropaulo-Eletricidade de São Paulo S.A.

Eletros

Associação Nacional de Fabricantes de Produtos Eletroeletrônicos



Embi+

Índice que mostra o desempenho dos títulos Bradies de países emergentes. É uma carteira teórica, podendo ser expressa como índice de retorno (total return), que mostra o desempenho dos preços dos papéis, ou como spread de risco (stripped spread), que mostra o prêmio adicional pago pela carteira de títulos sobre os títulos do tesouro americano de prazo equivalente.

Embraer

Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A.

Emissão

Ato de colocar em circulação cédulas e moedas.

Emissão direta

Emissões de títulos públicos realizadas diretamente aos mais diversos agentes econômicos, nos termos da Lei. Destinam-se, principalmente, à securitização de dívidas da União, operações financeiras estruturadas, assunção e refinanciamento das dívidas de estados, municípios e estatais.

Emissor

País ou entidade oficial responsável pela colocação do dinheiro em circulação.

EMP

Grupo Consultivo sobre Economias Menores / Alca

Endosso

É a transferência da propriedade do título de crédito. Por meio do endosso, que é uma assinatura do beneficiário, o título circula para outras mãos.

Energipe

Empresa Energética de Sergipe

Enersul

Empresa Energética de Mato Grosso do Sul

Ensaio monetário

Moeda cunhada para modelo ou amostra, confeccionada, muitas vezes, em metal diverso do escolhido para a peça definitiva.

Entrega sem financeiro

Entrega de valores mobiliários sem o correspondente pagamento de fundos.

Eonia

Taxa de juros publicada pelo European Central Bank

<u>Era</u>

- 1) Ano de cunhagem de uma moeda.
- 2) Antiga expressão para designar data, que aparece na moeda metálica fabricada antes de 31/05/1974 (Voto CMN 381/74 Sessão 229).

ES

Espírito Santo

ESC

Escudo português

Escelsa

Escelsa Centrais Elétricas S.A.

Esquema de compensação transnacional

Um arranjo para compensar posições ou obrigações entre partes em mais de um país ou jurisdição.

Esquema de pagamento

Registro dos valores e respectivas datas de vencimento das parcelas de principal, juros e encargos, no Registro Declaratório Eletrônico - RDE, módulo Registro de Operações Financeiras - ROF.



Esquemas de ECP como os define o G-10

No modelo 1 as instruções de transferência dos valores mobiliários e dos fundos são liquidados operação por operação e a transferência definitiva dos valores mobiliários do vendedor ao comprador (entrega) ocorre no mesmo momento que a transferência definitiva dos fundos do comprador ao vendedor (pagamento). No modelo 2, as instruções de transferência dos valores mobiliários são liquidadas em termos brutos e a transferência definitiva destes do vendedor ao comprador (entrega) ocorre ao longo do ciclo de processamento, mas as instruções de transferência dos fundos são liquidadas sobre uma base compensada e a transferência definitiva dos fundos do comprador ao vendedor (pagamento) ocorre ao final do ciclo de processamento. No modelo 3, as instruções de transferência tanto dos valores mobiliários como dos fundos são liquidados em bases compensadas e a transferência definitiva tanto dos valores mobiliários como dos fundos ocorre ao final do ciclo de processamento.

Estampa

Conjunto de características físicas e/ou gráficas de um grupo de cédulas.

Estelionato

É crime previsto no Código Penal Brasileiro, sob o art. 171.

EU

Vide UE

EUA ou USA

Estados Unidos da América

EUR

Euro

Eurobond

Título com valor nominal expresso em dólares norte-americanos ou em outras moedas e vendido a investidores fora do país de origem da moeda usada.

Eurobônus (Eurobonds)

Títulos de renda fixa (bonds) emitidos no Euromercado, cujo prazo varia de um a trinta anos, podendo também ser denominados em diversas moedas, como Dólar, Euro, etc. Instrumento inicialmente utilizado por emissores de perfil de crédito privilegiado (governos, entidades supranacionais, grandes empresas e bancos) com o objetivo de obter custos de captação inferiores a seus respectivos mercados domésticos. Atualmente, os Eurobônus surgem como alternativa aos mercados domésticos de capital para praticamente todas as classes de emissores, incluindo governos e empresas de mercados emergentes.

Euroclear

Instituição européia que realiza a custódia e liquidação financeira de operações com ações e títulos em moeda estrangeira.

Euromercado

- 1) Mercado "offshore", surgido na Europa na década de 60 como resposta à crescente regulamentação imposta pelos vários governos europeus aos mercados locais de capitais, sobretudo nos mercados de renda fixa. O Euromercado oferece às empresas uma oportunidade de emitir títulos de dívida ou obter empréstimos fora de seus mercados nacionais, com custos inferiores, dada a menor regulamentação governamental.
- 2) Mercado em que valores mobiliários e futuros, denominados em euromoedas, são vendidos a investidores fora do país de origem da moeda utilizada como unidade de pagamento e avaliação do instrumento.

Excess return

Diferença entre a rentabilidade de uma carteira de investimento e o benchmark. Também referenciado como "retorno relativo".

Exchange offer

Oferta pública de troca de determinado(s) bônus por um novo bônus soberano.



Exergo

Parte inferior da moeda, onde geralmente se grava a data.

Exigibilidade adicional sobre depósitos

Recolhimento compulsório e encaixe obrigatório calculado com base nos saldos de recursos a prazo, de depósitos de poupança e de recursos à vista.

Exposição cambial

Total de exposição em ouro, moeda estrangeira e em ativos e passivos referenciados na variação cambial, mantida por uma instituição.

External Asset Management Program

Programa instituído pelo Banco Central, visando ao gerenciamento de parte das reservas internacionais - US\$1,2 bilhão - por instituições financeiras internacionais contratadas, especializadas na administração de portfólios, com o objetivo de absorver novas técnicas de gestão de ativos e estabelecer outros referenciais para avaliação de performance dos investimentos das reservas internacionais.

Extra-bolsa ou de balcão

Um método de negociação que não envolve uma bolsa. Nos mercados extra-bolsa ou de balcão, os participantes negociam diretamente entre si, em geral por telefone ou mediante redes de computação. Também conhecido pela sigla OTC (over-the-counter).



FAF

Fundo de Aplicação Financeira

Fahbre

Fundo de Apoio à Produção de Habitações para a População de Baixa Renda Família

Compreende um conjunto de cédulas e/ou moedas concebidas sob um mesmo projeto. Atualmente, o Real possui uma família de cédulas e duas de moedas.

Fasb

Comitê de Padrões de Contabilidade Financeira

FAT

Fundo de Amparo ao Trabalhador

Fatores condicionantes da base monetária

Refere-se às fontes de criação (emissão de moeda pelo Banco Central) ou destruição (recolhimento de moeda pelo Banco Central) de moeda primária (base monetária). Toda operação/intervenção do Banco Central que resulta em entrega de papel-moeda e/ou crédito em contas de "Reservas Bancárias" significa expansão monetária (criação de moeda) e é apresentada com sinal positivo. Ao contrário, toda operação/intervenção do Banco Central que resulta em recebimento e/ou débito em contas de "Reservas Bancárias" significa contração monetária e é apresentada com sinal negativo. Deve-se ressaltar a diferença entre fabricação e emissão de moeda: a fabricação é um processo fabril de cédulas e moedas e a emissão é um processo econômico que resulta em crescimento da oferta monetária, tanto física (cédulas e moedas) quanto escritural (Reservas Bancárias).

FCCP

Foro de Consulta e Concertação Política / Mercosul

FCES

Foro Consultivo Econômico e Social / Mercosul



FCESP

Federação do Comércio do Estado de São Paulo

FCVS

Fundo de Compensação de Variações Salariais

FDS

Fundo de Desenvolvimento Social

FED

Banco Central norte-americano. Uma de suas funções é realizar a custódia e liquidação financeira de operações com títulos em moeda estrangeira, em especial os "treasuries" e "agencies" americanos.

FED funds

Reservas bancárias que bancos depositários emprestam entre si nos EUA, geralmente, por um dia. A taxa a que ocorrem estes empréstimos é a taxa básica de juros americana.

Fenabrave

Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores

Fepasa

Ferrovia Paulista S.A.

Ferroeste

Estrada de Ferro Paraná Oeste S.A.

Festa

Fundo de Estabilização

FGC

É um fundo criado para oferecer garantia a determinados créditos mantidos por correntistas ou investidores contra instituições financeiras submetidas a regime especial de liquidação extrajudicial.

FGDLI

Fundo de Garantia dos Depósitos e Letras Imobiliárias

FGTS

Fundo, mantido junto à Caixa Econômica Federal, que contém os recursos dos depósitos efetuados por empregadores em favor de seus empregados, mensalmente, conforme direito assegurado na Constituição. Informações detalhadas devem ser obtidas junto à CEF.

FGV

Fundação Getulio Vargas

Fibras

Elemento de segurança de cédulas, em plástico ou substância luminescente, disperso na massa do papel.

Fiesp

Federação das Indústrias do Estado de São Paulo

FIF

Fundos de Investimento Financeiro

Filigrana

Elemento de segurança de cédulas, também conhecido como marca d'agua, visível através de luz emergente, moldado na massa de papel sob maior ou menor densidade de pasta, quando do processo de fabricação, formando-se imagens definidas.

Finame

Agência Especial de Financiamento de Máquinas e Equipamentos



Financiamento

Designa, principalmente, operação de financiamento de importação com prazo de pagamento superior a 360 dias e, subsidiariamente, algumas operações mais complexas, típicas de projetos financiados por organismos internacionais, em que, além da importação de equipamentos, pode ocorrer o ingresso de recursos.

Fio de segurança

Elemento de segurança de cédula, em metal, plástico ou substância luminescente, colocado entre as fibras do papel, podendo conter inscrições, códigos, sinais magnéticos etc.

Fipe

Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade de São Paulo Fiscal Agent

Instituição responsável pela autenticação, registro, cálculo e pagamento dos juros relativos aos bônus.

FITVM

Fundos de Investimento em Títulos e Valores Mobiliários

Flar

Fundo entre países latino-americanos de pequeno porte para ajudar no fomento de reservas em momentos de necessidade.

Flirb

Bônus emitido como parte da renegociação da dívida brasileira em 1994 (Plano Brady), com vencimento em 2009. Tem prazo de carência até 2003, quando passará a pagar amortizações semestrais fixas, e paga juros fixos de Libor de seis meses mais 0,8125%, também semestralmente. O Flirb não tem garantia de principal ou juros.

Flor de cunho

Moeda ou medalha em perfeito estado de conservação, sem qualquer sinal de circulação.

Flor de estampa

Cédula em perfeito estado de conservação, sem qualquer sinal de circulação.

Flumitrens

Companhia Fluminense de Trens Urbanos

FMI

Organismo financeiro internacional criado em 1944 com o objetivo de promover a cooperação monetária entre países membros, coordenar a estabilidade cambial internacional, auxiliar países na resolução de problemas financeiros temporários no balanço de pagamentos.

FMI - Artigo IV

Artigo do regulamento do Fundo que prevê consultas anuais aos países membros, nas quais são feitas avaliações do desempenho macroeconômico do período.

FMI - Artigo VIII

Artigo do regulamento do Fundo que restringe a possibilidade de o país membro impor restrições cambiais à operações na conta de transações correntes.

FMP-FGTS

Fundos Mútuos de Privatização com recursos do FGTS

FOB

Livre a bordo (Free on board)

Fonplata

É um organismo financeiro internacional sub-regional, com 24 anos de atividade, sediado em Santa Cruz de la Sierra, Bolívia, que tem como países membros Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai e Uruguai e se destina ao financiamento de estudos, projetos e programas de desenvolvimento no âmbito da Bacia do Rio da Prata e de suas áreas de ponderável influência.



Fosfértil

Fertilizantes Fosfatados S.A.

FRF

Franco francês

FRF-CE

Fundos de Renda Fixa - Capital Estrangeiro

Front office

Área responsável pela gerência dos investimentos (mesas de operações).

FSAP

Programa do FMI com objetivo de supervisionar o setor financeiro de cada país membro. Inclui visitas de funcionários do Fundo aos órgãos do governo e agências regulatórias.

FSF

Criado em 1999, para promover a estabilidade financeira, melhorar o funcionamento dos mercados e reduzir o risco sistêmico.

FTAA

Vide Alca

Fumin

Órgão que cuida dos empréstimos setoriais de investimentos para os membros do BID-Banco Interamericano de Desenvolvimento.

Fundap

Fundo para o desenvolvimento das Atividades Portuárias do Espírito Santo.

Criado em 1970 através da Lei 2508, o Fundap tem como principais características a redução direta e prazo de recolhimento do ICMS, desconto sobre o custo total da operação e base de cálculo reduzida para produtos de revenda com IPI.

Fundef

Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério

Fundhab

Fundo de Assistência Habitacional

Fundo de segurança

Impressão monocromática ou policromática, em ofsete seco, sobre a qual se superpõem, nas cédulas, as impressões em calcografia e tipografia.

Fundo garantidor

Ativos de propriedade dos membros de um sistema de pagamento que são colocados à disposição do sistema de forma coletiva como garantias com o propósito de obter fundos em certas circunstâncias identificadas em suas regras.

Fundos de repartição de perdas

Dinheiro em espécie, valores mobiliários ou possivelmente outros ativos que são entregues pelos participantes antecipadamente e que são mantidos pelo sistema para assegurar que os compromissos que surjam dos acordos de repartição de perdas possam ser cumpridos.

Fungibilidade

Conceito que caracteriza o método de guarda de valores mobiliários por parte de um DCVM ou outro intermediário financeiro em que cada emissão de um conjunto de valores mobiliários físicos ou desmaterializados é concervado em grupos fungíveis independentes. Nenhum proprietário tem direito a um título físico ou desmaterializado particular em um grupo determinado, mas sim tem direito ao montante (valor) de valores mobiliários físicos ou desmaterializados que se indique em sua conta em um DCVM ou outro intermediário financeiro.



Futuros

Operações derivativas que representam uma aposta no valor de um determinado ativo (taxa de câmbio, produto mineral ou agrícola, taxa de juros, bônus, etc) em um determinado tempo futuro. Num contrato de futuro, o contratado obriga-se a negociar o ativo a um preço especifico e em uma data específica no futuro. Os valores do contrato variam de acordo com os valores do bem negociado. Esses contratos são usados por investidores para apostarem na direção a ser tomada pelos diversos fatores que influenciam no preço do ativo contemplado pelo contrato de futuro.



GAB

Acordo que o Fundo mantém com seus membros mais ricos, para eventual aporte emergencial de recursos por parte dos mesmos. Anterior ao NAB.

GAHCG

Grupo Ad Hoc de Compras Governamentais / Mercosul

Gahcon

Grupo Ad Hoc de Concessões / Mercosul

Gahif

Grupo Ad Hoc de Integração Fronteiriça / Mercosul

Gahre

Grupo Ad Hoc de Relacionamento Externo / Mercosul

Gahsa

Grupo Ad Hoc do Setor Açucareiro / Mercosul

GANPSSC

Grupo de Alto Nível para o Aperfeiçoamento do Sistema de Solução de Controvérsias / Mercosul

Gantec

Grupo de Alto Nível para examinar a consistência e dispersão da Tarifa Externa Comum / Mercosul

<u>Garantia</u>

Um ativo que é entregue pelo outorgante da garantia para assegurar uma obrigação à parte que toma a garantia. Os acordos de garantia podem tomar diversas formas legais; as garantias podem ser obtidas utilizando-se o método de transferência de títulos ou a penhora.

Garantias

A garantia é exigida pelo credor como forma de assegurar o pagamento da obrigação pelo devedor. As garantias mais comuns são a alienação fiduciária e a hipoteca.

Garantias - Constituição de

São os ativos que são entregues para assegurar a liquidação final de uma operação ou de um conjunto de operações. A constituição ou aporte de garantias é utilizado pelas Câmaras para garantir a finalização de uma operação.

Gats

Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços, firmado em 1994, no âmbito da Organização Mundial do Comércio.

GBP

Libra esterlina



GDDS

Banco de Dados do FMI com informação econômica dos países membros. Mais simples que o SDDS.

Gerasul

Centrais Geradoras do Sul do Brasil S.A.

Gerência ativa

Desvios intencionais em relação ao portfólio de referência realizados pelo gerente, baseados na suposição de ser possível se antecipar a movimentos de mercado. O objetivo da gerência ativa é obter resultado melhor do que seria obtido com a replicação do portfólio de referência.

Gerência passiva

Expressão usada para definir o tipo de estratégia de administração de fundo de investimento. Nesse caso, o administrador busca replicar o retorno da carteira de um índice previamente definido (o benchmark). O objetivo é que o retorno do fundo seja aproximadamente igual, ou um pouco superior, ao retorno do índice escolhido.

Gici

Grupo de trabalho interministerial, coordenado pelo Ministério das Relações Exteriores, para o exame de temas vinculados ao comercio internacional de mercadorias e serviços.

Global Bonds

Bônus de dívida soberana emitidos em dólar e negociados no mercado norteamericano e europeu.

GLP

Gás Ligüefeito de Petróleo

GMC

Órgão executivo, integrado por representantes dos Ministérios das Relações Exteriores, de Economia e dos Bancos Centrais dos Estados Partes do Mercosul. Coordenação brasileira a cargo do Ministério das Relações Exteriores.

GMM

Órgão responsável pelo monitoramento macroeconômico dos Estados Partes do Mercosul. Coordenação brasileira a cargo do Ministério da Fazenda.

GMRA

Contrato usado para padronizar termos e condições dos "Acordos de Recompra" internacionais.

GN

Grupo de Negociações

GNAG

Grupo de Negociações sobre Agricultura / Alca

GNAM

Grupo de Negociações sobre Acesso a Mercados / Alca

GNCSP

Grupo de Negociações sobre Compras Governamentais / Alca

GNIN

Órgão responsável pela negociação do futuro Capítulo de Investimentos do Acordo Alca. Coordenação brasileira a cargo do Ministério das Relações Exteriores.

GNPC

Grupo de Negociações sobre Política de Concorrência / Alca

GNPI

Grupo de Negociações sobre Propriedade Intelectual / Alca



GNSADC

Grupo de Negociações sobre Subsídios, Anti-Dumping e Medidas Compensatórias / Alca

GNSC

Grupo de Negociações sobre Solução de Controvérsias / Alca

GNSV

- 1) Grupo de Negociações sobre Serviços / Alca.
- 2) Órgão responsável pela negociação do futuro Capítulo de Serviços do Acordo Alca. Coordenação brasileira a cargo do Ministério das Relações Exteriores.

GO Coiás

Goiás

Go-around (ou leilões informais)

São leilões informais realizados diretamente com as instituições financeiras credenciadas (dealers) a operar com o Banco Central no mercado monetário.

<u>Goiasfértil</u>

Goiás Fertilizantes S.A.

GOLD-FIX-PM

Cotação do ouro às 15h no mercado Londrino, fixada pelo London Bullion Market Assotiation.

GRA

Conta geral de recursos do Fundo. É de onde provém os recursos destinados aos empréstimos a países.

Gramatura

Peso do papel por metro quadrado de superfície.

<u>GS</u>

1) Órgão responsável pelo exame dos assuntos relativos a serviços nos Estados Partes do Mercosul. Coordenação

brasileira a cargo do Ministério das Relações Exteriores.

2) Grupo de Serviços / Mercosul.

<u>GT</u>

Grupo de Trabalho

Guilhochê

Desenhos contínuos e simétricos em que a ponta de trabalho retorna ao ponto de partida.



<u>HAWB</u>

Documento emitido pelo agente consolidador da carga tendo como consignatário o destinatário (importador ou consignatário).

<u>Hedge</u>

- 1) Operações realizadas com o objetivo de obter proteção contra o risco de variações de taxas de juros, de paridade entre moedas e do preço de mercadorias.
- 2) Estratégia utilizada com o objetivo de reduzir o risco do portfólio. Indica neutralização de uma posição comprada/vendida em um ativo com uma posição vendida/comprada no mesmo ativo.

High yield

Significa alta taxa de retorno. Em geral, se refere a empréstimos de empresas que pagam juros excessivamente altos.



HIPC

Países pobres fortemente endividados. Conjunto de países que apresentam problemas crônicos de pobreza e endividamento, que merecem atenção especial por parte do Fundo.

Hot money

São investimentos em ativos financeiros atraídos pela possibilidade de ganhos rápidos devido a elevadas taxas de juros ou por grandes diferenças cambiais. São operações de curtíssimo prazo, no qual os recursos podem deslocar-se de um mercado para outro com grande rapidez, fator este apontado como causador de grande turbulências nos mercado financeiros em determinadas situações.

Ι

Iais

Associação Internacional de Supervisores de Seguros

Iapas

Instituto de Administração da Previdência e Assistência Social

Iasc

Comitê de Padrões Contabilidade Internacional

IBGE

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Ibovespa

Índice de Lucratividade da Bolsa de Valores de São Paulo

IBS

Instituto Brasileiro de Siderurgia

Ice

Índice Conjuntural de Emprego Industrial

ICMS

Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre a Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicações.

IDA

Orgão que administra empréstimos concessionais, ligado ao Banco Mundial.

IDU

Bônus de Juros Devidos em Atraso (Interest Due and Unpaid Bond)

IFA

Instituto de Economia Agrícola

IED

Trata-se de um dos módulos que compõem o Registro Declaratório Eletrônico-RDE onde são registradas as operações de investimento externo direto no País.

<u>IFS</u>

Estatísticas Financeiras Internacionais (International Financial Statistics)

IGP-10

Índice Geral de Preços - 10

IGP-C

Índice Geral de Preços - Centrado



IGP-DI

Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna

IGP-M

Índice Geral de Preços - Mercado

IIC

Índice de Intenções do Consumidor

Iica

Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura

Imec

Indicador de Movimentação Econômica

IMF Performance Criteria

Critérios de desempenho embutidos nas condicionalidades dos programas do Fundo. Em geral, tratam-se de metas a serem atingidas pelo país em questão, quase sempre em base trimestral.

IMF Surveillance

Política do Fundo, prevista em seu regulamento, de exercer supervisão sobre a evolução das políticas econômicas dos países membros.

Impedimento

Ato de inserir no Sisbacen - Sistema de Informações do Banco Central do Brasil, a vedação para a realização de eventos relacionados a operações de câmbio, para um CNPJ/CPF informado.

Importação com cobertura cambial

Decorre de mercadoria importada cujo pagamento foi realizado ou é devido e deverá ser realizado via remessa de moeda estrangeira ao exportador estrangeiro.

Importação de tecnologia

Transferência internacional de tecnologia do exterior para o País, regulado por atos ou contratos sujeitos a averbação pelo Instituto Nacional de Propriedade Industrial (Inpi).

Importação sem cobertura cambial

Decorre de mercadoria importada e pela qual não é devido pagamento em moeda estrangeira.

Impressão irisada

Impressão multicolorida em que se verifica alteração gradativa das cores das tintas, à semelhança do que ocorre com a íris do olho humano.

TNA

Indicador do Nível de Atividade

Inadimplência

A impossibilidade de completar uma transferência de fundos ou de valores mobiliários em conformidade com os termos acordados por razões que não são técnicas ou temporárias, geralmente como resultado de uma quebra. A inadimplência geralmente é distinta de uma "operação falha".

Inadimplente paga

Um acordo para compartilhar perdas em que de cada participante se exige que garanta quaisquer exposições que gere para os outros participantes. Como resultado, as perdas pela inadimplência de uma parte são absorvidas pela parte que inadimple.

INCC

Índice Nacional de Custo da Construção.

<u>Incoterms</u>

Regras de âmbito internacional e de caráter facultativo, que definem responsabilidades (comprador e vendedor) quanto ao pagamento de frete, seguro e despesas portuárias, etc.



Indag

Indag S.A.

Indicador de estampa

Letra ou número indicador da estampa da cédula; varia, geralmente, quando muda o aspecto físico da cédula. É impresso em tipografia.

Indicador de número de ordem

Conjunto de algarismos que determina a identificação individual da cédula dentro da série. É impresso em tipografia.

Indicador de série

Letra, número ou a combinação de ambos, indicando cada conjunto de 100.000 cédulas. É impresso em tipografia.

<u>Indicador de série</u> especial

Indicador de série seguido de asterisco (*).

<u>Inec</u>

Índice Nacional de Expectativas do Consumidor

Information ratio

Mede o valor adicionado de retorno por unidade adicional de risco com relação a um benchmark. O desvio-padrão dos retornos representa a volatilidade, ou risco, do retorno diferencial com relação a um benchmark. O retorno de um portfólio gerenciado ativamente é normalmente ajustado pelo risco, ou seja, comparando-se o retorno obtido com o risco assumido. Tecnicamente, quanto maior o information ratio (outras variáveis mantidas constantes) melhor a performance de investimento.

INPC

Índice Nacional de Preços ao Consumidor

INPI

Instituição responsável pela averbação das transferências de tecnologia registrada no sistema RDE.

Inscrição

Palavra no centro das faces da moeda.

<u>INSS</u>

Instituto Nacional da Seguridade Social

Instituição credenciadas no MCTF

Sociedades corretoras, sociedades distribuidoras de títulos e valores mobiliários e as sociedades de crédito, financiamento e investimento, Agências de Turismo e Meios de Hospedagem de Turismo, credenciadas pelo Banco Central a operar no mercado de câmbio de taxas flutuantes.

Integralização do capital

Ato de declarar no Registro Declaratório Eletrônico - RDE, módulo Investimento Estrangeiro Direto - IED, via Sisbacen - Sistema de Informações Banco Central do Brasil, valores agregados ao capital social de empresa receptora de investimento estrangeiro direto.

<u>Interoperab</u>ilidade

Uma situação na qual os instrumentos de pagamento que pertecem a um esquema dado podem ser utilizados em outros países e em sistemas instalados pertencentes a outros esquemas. A interoperabilidade requer a compatibilidade técnica entre os sistemas, mas somente pode acontecer uma vez que se tenha levado a cabo acordos comerciais entre os esquemas envolvidos.

Investimento de portfólio

Trata-se de um dos módulos que compoêm o Registro Declaratório Eletrônico-RDE para registrar as aplicações de investidores externos em portfólio no País.



Invoice

Documento comercial que formaliza uma operação de compra e venda com o exterior, contendo quantidade, preço e condições de pagamento de mercadorias ou serviços prestados.

IOF

É tributo que compete à União, nos termos da Constituição. A Secretaria da Receita Federal é o órgão com atribuições para prestar esclarecimentos sobre os tributos federais.

Iosco

Organização Internacional das Comissões de Valores Mobiliários

IPA

Índice de Preços por Atacado

IPA-DI

Índice de Preços por Atacado - Disponibilidade Interna

IPA-M

Índice de Preços por Atacado - Mercado

IPA-OG

Índice de Preços por Atacado - Oferta Global

IPA-OG-PI

Índice de Preços por Atacado - Oferta Global - Produtos Industrializados

IPC

Índice de Preços ao Consumidor

IPC-Br

Índice de Preços ao Consumidor - Brasil

IPC-Fipe

Índice de Preços ao Consumidor - Fipe

IPCA

Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo

IPCA-15

Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - 15

IPCA-E

Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - Especial

<u>IPE</u>

Instituto de Pesquisas Econômicas

Ipea

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

<u>IPI</u>

Imposto sobre Produtos Industrializados

IR

Imposto sobre a Renda e proventos de qualquer natureza

IR/CSLL ativos

Ativos Fiscais Diferidos

Isin

Número de identificação de títulos criado para facilitar as transações internacionais, formado por 12 dígitos alfanuméricos.

ISM

Instituto de Gerenciamento de Suprimentos (Institut for Supply Management)

Isma

Organização auto-regulada voltada para o mercado internacional de títulos, representada pela associação de mais de 600 bancos.



ITL

Lira italiana

ITR

Imposto Territorial Rural

ITRs

Informações Trimestrais

J

JPMorgan GBI

Índice de mercado publicado pelo JPMorgan para acompanhamento do mercado de títulos governamentais.

JPY

Iene japonês

JSCP

Instrumento de remuneração aos investidores residentes ou não com base no patrimônio líquido da empresa.



<u>KFW</u>

Banco alemão de fomento que financia projetos ligados ao meio-ambiente.

Koppol

Poliderivados S.A. Tecnologia de Polímeros

Lalur

Livro de Apuração do Lucro Real

<u>Lastro metálico</u>

Depósito em metal precioso, geralmente em ouro, que garante a conversibilidade do dinheiro em forma concreta de valor.

<u>LBC</u>

Título de responsabilidade do Banco Central do Brasil, emitido para fins de política monetária, exclusivamente sob a forma escritural, no Selic. Título de rentabilidade pós-fixada, definida pela Taxa Selic.

LBCE

Letra do Banco Central para Venda a Termo a Instituições Financeiras Estaduais



LBTR

- 1) Um sistema de transferência no qual as instruções de liquidação dos fundos ou de transferência de valores mobiliários ocorrem individualmente (operação por operação), em tempo real.
- 2) Corresponde à liquidação de obrigações, uma a uma, em tempo real.

LC

- 1) Documento de crédito negociável pelo qual se outorga crédito em moeda a uma pessoa ou empresa. Em comércio exterior é emitido em moeda estrangeira e encaminhado para pagamento por meio de um banco, contendo instruções detalhadas.
- 2) Lei Complementar.

LDL

- 1) Um sistema que efetua a liquidação de obrigações ou transferências entre as contrapartes sobre uma base
- compensada em um momento posterior.
- 2) Corresponde à liquidação de obrigações realizada ao final do dia.

LDO

Lei que contém as metas e proridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subseqüente. Orienta a elaboração da Lei Orçamentária Anual.

Leasing financeiro

Aluguel de equipamentos por um período estabelecido, ao final do qual o arrendatário pode decidir pela compra ou não do bem.

Legenda

Palavra ou conjunto de palavras que ocupam a orla da moeda e indicam painel, efígie ou "portrait".

Leinf

Módulo complementar ao Selic.

<u>LFT</u>

Título de responsabilidade do Tesouro Nacional, emitido para a cobertura de deficit orçamentário, exclusivamente sob a forma escritural, no Selic. Título de rentabilidade pós-fixada, definida pela Taxa Selic.

LGN

Líquido de Gás Natural.

<u>LI</u>

O importador deverá solicitar a concessão da LI, antes da Declaração de Importação (DI), fornecendo, para tanto, um conjunto de informações correspondentes à mercadoria e à operação, nos casos de mercadoria sujeitas a licenciamento não-automático.

Libid

Taxa de juros do mercado internacional, calculada a partir da Libor, à qual os bancos internacionais aceitam depósitos a prazo.

Libor

Taxa de juros preferencial, do mercado internacional, utilizada entre bancos de primeira linha no mercado de dinheiro (money market).

Limite de crédito

Limite à exposição creditícia que um participante do sistema de pagamento incorre vis-à-vis outro participante (limite bilateral) ou vis-à-vis todos os demais participantes (limite multilateral) como resultado de receber pagamentos que ainda não tenham sido liquidados.

Limite de posição

Restrição sobre o número de contratos ou sobre a participação na posição em aberto de um contrato que uma única entidade pode manter.



Limite operacional

Limite em valor financeiro, concedido pelas instituições financeiro detentoras de conta Reservas Bancárias às sociedades corretoras de títulos e valores mobiliários e às distribuidoras de títulos e valores mobiliários para fins de liquidação financeira de suas operações.

Lipe

London's International Petroleum Exchange

Liquidação

- 1) Um ato que cancela obrigações relativas a transferências de fundos ou de valores mobiliários entre duas ou mais partes. Conclusão de uma operação mediante a transferência definitiva dos valores mobiliários e dos fundos entre o comprador e o vendedor.
- 2) Processo de extinção de obrigações referentes à transferência de recursos financeiros ou títulos entre dois ou mais agentes.

Liquidação bruta em tempo real

Liquidação de obrigações, uma a uma, em tempo real.

Liquidação definitiva

A extinção de uma obrigação mediante a transferência de fundos ou a transferência de valores mobiliários de maneira irrevogável e incondicional.

Liquidação diferida

Liquidação realizada em momento posterior ao de aceitação das operações que dão origem às correspondentes obrigações. Ocorre, ao final do dia, pelo valor líquido compensado.

Liquidação extrajudicial

A liquidação extrajudicial e a intervenção são regimes especiais a que instituições financeiras podem ser submetidas pelo Banco Central do Brasil. A Lei nº 6.024 regula os procedimentos de intervenção e liquidação.

<u>Liquidante</u>

Instituição financeira detentora da conta Reservas Bancárias na qual podem ser liquidadas operações próprias, de clientes e de instituições não-liquidantes por ele autorizados.

Liquidante-padrão

Instituição financeira detentora da conta Reservas Bancárias na qual serão depositados, na rotina de abertura no dia, juros, resgates, amortizações e resultados de recompras e revendas dos títulos vincendos. Nas demais operações, será facultado ao agente não-liquidante escolher outro banco liquidante.

Liquidez intradia

Fundos a que se pode ter acesso durante um dia útil, geralmente para permitir às instituições financeiras realizar pagamentos em tempo real.

LOA

Lei especial anual que contém a discriminação da receita e da despesa pública para o exercício subsequente, de forma a evidenciar a política econômica financeira e o programa de trabalho do Governo, obedecidos os princípios de unidade, universalidade e anualidade. O projeto de lei é encaminhado ao Congresso Nacional pelo Poder Executivo até 31 de agosto e deve ser aprovada pelos parlamentares até a data da última secção do ano.

Logon

É o Sistema de Controle de Acesso ao Selic, por rede que não a RSFN (Rede do Sistema Financeiro Nacional).

LOI

Declaração, carta de intenção assinada entre as partes quando um empréstimo é solicitado.



LTN

Título de responsabilidade do Tesouro Nacional, emitido para a cobertura de déficit orçamentário, exclusivamente sob a forma escritural, no Selic. Título de rentabilidade prefixada.

Lucro tributável

No caso do IR, lucro real; no caso da CSLL, base de cálculo da CSLL.

Luminescência

Elemento de segurança de cédulas, visível sob a ação da luzes ultravioletas incidente, obtidos por impressão ou no processo de fabricação do papel.

Luz umergente ou diascópica

Iluminação que, partindo de trás do material em exame, atravessa-o, permitindo a observação de detalhes visíveis por transparência.

Luz ultravioleta incidente

Iluminação direta por luz da gama ultravioleta que provoca o aparecimento de detalhes imperceptíveis em outra gama de luz.



Μ1

Papel moeda em poder do público + depósitos à vista

M2

M1 + depósitos especiais remunerados + depósitos de poupança + títulos emitidos por instituições depositárias

<u>M3</u>

M2 + quotas de fundos de renda fixa + operações compromissadas registradas no Selic

<u>M4</u>

M3 + títulos públicos de alta liquidez

MA

Maranhão

Mafersa

Mafersa S.A.

<u>Manager</u>

Cada uma das instituições (em número de seis) contratadas para gerenciar parte das reservas internacionais (vide External asset management program).

Manual de Normas e Instruções - (MNI 6.3)

Trata do Regulamento anexo à Circular 3.108, de 10/04/2002, que disciplina o funcionamento do Selic.

Maquete

Fase de composição em que a cédula, já impressos os seus principais elementos, é submetida às autoridades competentes, para a escolha do desenho. Na linguagem gráfica, é a arte final.

Marca d'áqua

Ver filigrana

Marcar a preços de mercado

Processo pelo qual uma posição (estoque de ativos) ou portfólio (carteira de investimentos) é avaliada baseada no preço de fechamento do dia corrente. Em vez de ser avaliada pelo preço original de compra, o portfólio é avaliado pelo seu valor



corrente de mercado, refletindo quaisquer ganhos ou perdas ainda não realizados que ocorreriam caso a posição ou portfólio fossem imediatamente vendidos.

Margem

Esse termo tem pelo menos dois significados. Nos mercados de futuros / mercadorias a margem é um depósito de boa fé (se deposita dinheiro, valores mobiliários ou outros instrumentos financeiros) requeridos pelo sistema de compensação de futuros para assegurar o cumprimento. Nos mercados de ações, a margem é um montante de dinheiro depositado por um cliente quando solicita dinheiro em empréstimo a um corretor de bolsa para comprar ações. O dinheiro depositado com esse corretor de bolsa constitui a diferença entre o valor da compra das ações e o valor de tais ações em garantia.

Margem branca

Superfície não impressa que circunscreve a gravura, com bordas de corte mecânico.

Mark-to-market

Significa marcar a mercado. O valor do portfólio é "marcado a mercado" quando todos os ativos que o compõem estão valorizados pelo preço corrente de mercado pelo qual se poderia liquidá-los em um dado momento em situações normais de mercado.

MAWB

Documento emitido pelo agente consolidador da carga tendo como consignatário o agente desconsolidador.

MCCA

Mercado Comum Centro-Americano

MCTF

Segmento do Mercado de Câmbio instituído pela Resolução nº 1.552, de 22/12/1988.

Segmento do Mercado de Câmbio instituído pela Resolução nº 1.690, de 18/03/1990. MDIC

Missão: construir um Brasil competitivo, justo e rico em oportunidades, em parceria com setores produtivos, através de ações que resultem na melhoria da qualidade de vida da população.

Mecir

Departamento do Meio Circulante do Banco Central do Brasil

<u>Medalhão</u>

Formato, geralmente em forma oval ou circular, em que se pode inscrever uma efígie ou painel.

Meio circulante

É o conjunto de cédulas e moedas em circulação em um país, ou seja, o conjunto de cédulas e moedas com poder liberatório (inclusive comemorativas) de posse do público e dos bancos.

Meios de pagamento

Conceito restrito de moeda (M1). Representa o volume de recursos prontamente disponíveis para o pagamento de bens e serviços. Inclui o papel-moeda em poder do público, isto é, as cédulas e moedas metálicas detidas pelos indivíduos e empresas não financeiras e, ainda, os seus depósitos à vista efetivamente movimentáveis por cheques. Com a redução da inflação, a partir da introdução do real, ocorreu forte crescimento dos meios de pagamento no conceito restrito, processo esse conhecido como remonetização, resultante da recuperação da credibilidade da moeda nacional.

Meios de pagamento ampliados

Inclui moeda legal e quase-moeda, correspondendo aos instrumentos de elevada liquidez, em sentido amplo. O M2 corresponde ao M1 mais as emissões de alta liquidez realizadas primariamente no mercado interno por instituições depositárias -



as que realizam multiplicação de crédito. O M3 é composto pelo M2 e as captações internas por intermédio dos fundos de renda fixa e das carteiras de títulos públicos federais registrados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic). O M4 agrega o M3 e a carteira livre de títulos públicos do setor não financeiro.

Membro de bolsa

Membro de uma bolsa com certos privilégios de negociação. Um membro de uma bolsa não necessariamente é um membro da câmara de compensação da bolsa.

Membro de compensação

Um membro da câmara de compensação. Todas as negociações devem ser liquidadas por intermédio de um membro de compensação. Um membro direto pode liquidar somente suas próprias obrigações. Um membro geral pode liquidar tanto suas próprias obrigações como as de seus clientes. Também podem existir variantes desses dois tipos de membros de compensação.

Mensagem

Conjunto de informações trocadas entre participantes da RSFN com a finalidade de solicitar uma operação, transmitir um resultado operacional, anunciar uma mudança operacional ou comunicar qualquer outro fato relevante.

MEP

Método da Equivalência Patrimonial

Mercado de câmbio

Chama-se mercado de câmbio o ambiente abstrato onde se realizam as operações de câmbio entre os agentes autorizados pelo Banco Central do Brasil (bancos, corretoras, distribuidoras, agências de turismo e meios de hospedagem) e entre esses e seus clientes.

Mercado de câmbio - Segmento flutuante

Normalmente conhecido como "turismo". No entanto, este segmento não se limita às operações de turismo. Também são realizadas transferências como contribuições a entidades associativas, doações, heranças, aposentadorias e pensões, manutenção de residentes e tratamento de saúde.

Mercado de câmbio - Segmento livre

O segmento livre é também conhecido como "comercial" e corresponde às operações: (a) decorrentes de comércio exterior, ou seja, de exportação e de importação; (b) relacionadas às atividades dos governos, nas esferas federal, estadual e municipal; (c) relativas aos investimentos estrangeiros no País e aos empréstimos a residentes sujeitos a registro no Banco Central; e (d) referentes aos pagamentos e recebimentos de serviços.

Mercado oversold (sobrevendido)

Situação em que as reservas bancárias livres são inferiores às necessidades de financiamento dos títulos públicos federais fora do Banco Central do Brasil.

Mercado primário

A operação de mercado primário implica a entrada ou a saída efetiva de moeda estrangeira do País. Esse é o caso das operações com exportadores, importadores, viajantes etc.

Mercado secundário

No mercado secundário, a moeda estrangeira simplesmente migra do ativo de um banco para o de outro e são denominadas operações interbancárias. Não implica efetiva entrada ou saída de moeda estrangeira no País.

Mercado undersold (subvendido)

Situação em que as reservas bancárias livres são superiores às necessidades de financiamento dos títulos públicos federais fora do Banco Central do Brasil.



Mercosul

- 1) Mercado Comum do Sul.
- 2) Bloco econômico formado por Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, com o objetivo de: criar um mercado comum com livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos; adotar uma política externa comum; coordenar posições conjuntas em foros internacionais; coordenar políticas macroeconômicas e setoriais; e harmonizar legislações nacionais, tendo em vista a uma maior integração. Coordenação brasileira a cargo do Ministério das Relações Exteriores.

Mercosur

Vide Mercosul

MF

Ministério da Fazenda

MG

Minas Gerais

Microchancela

Assinatura reduzida impressa na cédula por tipografia ou ofsete, como elemento de autenticação.

Middle office

Área responsável pela administração do risco, proposta de benchmark, compliance e tecnologia de uma instituição financeira.

Minifaz ou MF

Ministério da Fazenda

MNI

Manual de Normas e Instruções

Modelo

Cédula de tipo idêntico às impressas em circulação, distribuída às autoridades monetárias para comparação de legitimidade e enviada às sociedades numismáticas para estudos.

<u>Moeda comemorativa</u>

Moeda metálica, de cunhagem limitada, lançada em circulação em comemoração a eventos importantes.

Moeda metálica

Moeda cunhada em metal, de curso forçado pelo valor nela gravado.

<u>Moirè</u>

Elemento de segurança de cédula que consiste no efeito ótico gerado pela superposição ideal de vários sistemas de linhas.

Monograma

Grupo de letras conjugadas ou entrelaçadas.

Mould-made

Processo utilizado para inserção de filigrana na cédula, no qual ela é moldada durante a fabricação do papel, sob maior ou menor densidade de pasta.

MP

- 1) Órgão do Poder Executivo responsável pela coordenação e controle das atividades de planejamento, orçamento e gestão da administração pública.
- 2) Medida Provisória.

MPAS

Ministério da Previdência e Assistência Social

MRE

Ministério das Relações Exteriores

MTE

Ministério do Trabalho e Emprego



MUS

Conjunto de procedimentos e normas, desenvolvido pela Divisão de Administração do Selic (Dicel), do Demab, para orientação técnica aos usuários do Selic.

MYDFA

Multi-Year Deposit Facility Agreement = Acordo Plurianual de Facilidade de Depósito. Refere-se, efetivamente, ao reescalonamento plurianual da dívida de médio e longo prazos, adotado na negociação da dívida externa em 1988. Neste acordo, foram reescalonadas as parcelas de principal dos compromissos de natureza financeira devidos às instituições financeiras no exterior com vencimentos no período de 1.1.1987 a 31.12.1993, inclusive as relacionadas aos contratos de dinheiro novo de 1983 e 1984 e, ainda, aos recursos reestruturados relativos aos anos de 1983 (Fase I), 1984 (Fase II) e 1985 (Fase III).

N

NAB

Acordo que o Fundo mantém com seus membros mais ricos, para eventual aporte emergencial de recursos por parte dos mesmos.

Nafta

Bloco formado por Canadá, Estados Unidos da América (EUA) e México, com o objetivo de constituir uma zona de livre comércio, visando à eliminação de barreiras às transações de bens, serviços e capitais até o ano de 2005, proporcionando maiores oportunidades de trocas comerciais e crescimento dos fluxos de investimentos entre os países membros.

Não-repúdio

A capacidade de prevenir a rejeição ou repúdio por parte do remetente ou do receptor de uma mensagem de pagamento.

Não-emancipado

É o menor de 21 anos que permanece na condição de incapaz, por não ter sido emancipado. A emancipação é o meio jurídico de suprimento de incapacidade.

Não-liquidante

Instituição financeira que liquida suas operações por intermédio de um dos participantes liquidantes.

Nasdag

The National Association of Securities Dealers Automated Quotation System NBC

Título de responsabilidade do Banco Central do Brasil, emitido para fins de política monetária, exclusivamente sob a forma escritural, no Selic. Título de rentabilidade pós-fixada, possuindo diversas séries, cada qual com índice de atualização próprio (Dólar, Taxa Selic etc).

NBCA

Notas do Banco Central - Série A

NBCE

Notas do Banco Central - Série Especial

NBCF

Notas do Banco Central - Série Flutuante

NCM

Classificação composta de oito dígitos que posiciona a mercadoria para efeitos de comércio exterior, definindo as alíquotas, a incidência de tributos, os incentivos



existentes, os contingenciamentos, inclusão em acordos internacionais, etc, e facilitando a comercialização, a análise e a comparação das estatísticas dos diversos países.

Necessidade de financiamento externo

Diferença entre o déficit em transações correntes e os investimentos estrangeiros diretos.

Nepad

A Nova Parceria para o Desenvolvimento da África / SADC

New cash offer

Oferta pública de venda de um novo bônus soberano, via subscrição em dinheiro.

Nitriflex

Nitriflex S.A. Indústria e Comércio

Nitrocarbono

Nitrocarbono S.A.

N₁

Código de classificação de empresas e pessoas físicas para identificar a natureza jurídica no Cademp.

NLG

Florim holandês

NMF

Nação Mais Favorecida

Notes

Obrigações de médio/longo prazo do tesouro norte-americano. Suas emissões têm vencimentos entre dois e quinze anos.

Novação

Cumprimento e cancelamento (descarga) de obrigações contratuais vigentes substituindo-as por novas obrigações (cujo efeito, por exemplo, é substituir obrigações de pagamento brutas por líquidas). As partes envolvidas nas novas obrigações podem ser as mesmas que as das obrigações prévias ou, no contexto de alguns acordos de câmaras de compensação, pode adicionalmente haver a substituição das partes.

NTN

Título de responsabilidade do Tesouro Nacional, emitido para a cobertura de déficit orçamentário, exclusivamente sob a forma escritural, no Selic. Título de rentabilidade pós-fixada (a exceção da NTN-F), possuindo diversas séries, cada qual com índice de atualização próprio (IGP-M, Dólar, TR etc).

ΝΤΝ-Δ

Nota do Tesouro Nacional - Série A

NTN-B

Nota do Tesouro Nacional - Série B

NTN-C

Nota do Tesouro Nacional - Série C

NTN-D

Nota do Tesouro Nacional - Série D

NTN-E

Nota do Tesouro Nacional - Série E

NTN-F

Nota do Tesouro Nacional - Série F

NTN-H

Nota do Tesouro Nacional - Série H



NTN-I

Nota do Tesouro Nacional - Série I

NTN-J

Nota do Tesouro Nacional - Série J

NTN-L

Nota do Tesouro Nacional - Série L

NTN-M

Nota do Tesouro Nacional - Série M

NTN-P

Nota do Tesouro Nacional - Série P

NTN-R

Nota do Tesouro Nacional - Série R

NTN-S

Nota do Tesouro Nacional - Série S

NTN-T

Nota do Tesouro Nacional - Série T

NTN-U

Nota do Tesouro Nacional - Série U

Número da cédula

Ver Indicador de número de ordem.

Numismática

Ciência que estuda as cédulas, moedas e medalhas.

NYBoT

New York Board of Trade

Nymex

New York Mercantile Exchange

Nyse

New York Stock Exchange



OEA

Organização dos Estados Americanos

Oferta pública

Emissões de títulos públicos realizadas pelo Tesouro Nacional e pelo Banco Central do Brasil por meio de leilão eletrônico. Podem ser realizadas com títulos registrados no Selic e na Cetip.

<u>OFPUB</u>

Módulo complementar ao Selic no qual as instituições financeiras participantes registram suas ofertas nos leilões de títulos públicos federais.

OMC

- 1) Organismo responsável pelas negociações comerciais multilaterais de bens e serviços.
- 2) Organização Mundial de Comércio.

<u>Opec</u>

O mesmo que Opep.



Opep

Organização dos Países Exportadores de Petróleo.

<u>Operação</u>

Toda e qualquer transação comandada em um sistema que possa resultar em transferência de fundos, títulos, valores mobiliários ou outros ativos financeiros.

Operação aceita

Operação acolhida pela câmara ou pelo prestador de serviços de compensação e de liquidação para fins de liquidação.

Operação associada

Conjunto de operações de compra e venda que, associado a outras de um conjunto de operações de mesma natureza, somente tem suas operações liquidadas financeiramente, de forma simultanea, pelos resultados compensados.

Operação compromissada

Compra de títulos com compromisso de revenda assumido pelo comprador, conjugado com o compromisso de recompra assumido pelo vendedor, para data futura preestabelecida.

Operação de redesconto

Operação de compra, com compromisso de revenda de títulos públicos federais registrados no Selic. A operação de redesconto é concedida a exclusivo critério do Banco Central do Brasil, por solicitação das instituições financeiras.

Essa modalidade de operação tem suas características como prazo, taxas, etc. definidas na Resolução 2.949, de 04/04/2002 e na Circular 3.105, de 05/04/2002.

Operação definitiva

Compra de títulos sem assunção dos compromissos de revenda assumido pelo comprador e, portanto, sem compromisso de recompra assumido pelo vendedor.

Operações de crédito do sistema financeiro

Estoque total das operações de empréstimos e financiamentos concedidos pelas instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional, classificado de acordo com: origem dos recursos e direcionamento dos recursos

Operações defensivas

São operações de mercado aberto que visam manter em equilíbrio o mercado de reservas bancárias no curto ou curtíssimo prazo, proporcionando as condiçoes de liquidez adequadas ao bom funcionamento do sistema econômico.

Operações dinâmicas

São operações de mercado aberto conduzidas com a finalidade de atingir objetivos em horizontes de médio e longo prazo como, por exemplo, alterar o nível da taxas de juros.

OPS/OMS

Organização Pan-americana da Saúde / Organização Mundial da Saúde

<u>Orcam</u>

Sistema informatizado para registro e acompanhamento do orçamento do Bacen.

Orla

Moldura que delimita a superfície plana da moeda metálica. Geralmente é mais elevada que as gravuras.

Ornatos

Elementos secundários da cédula, que servem apenas para efeitos de composição artística.



ORTN

Título público federal emitido com a característica de pagar remuneração acrescida de correção monetária. O valor unitário do título passou a representar indexador largamente utilizado na economia brasileira.

Os sobreviventes pagam

Acordos de repartição de perdas que, no evento de que um participante seja incapaz de liquidar, prevê que as perdas sejam assumidas pelos participantes sobreviventes (adimplentes) de acordo com regra pré-determinada.

OTC

O mesmo que "extra-bolsa" ou "mercado de balcão".

Outros créditos do governo federal

Inclui os royalties objetos de renegociação com estados, créditos junto aos estados relativos ao Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental (Fundef) e outros créditos.

Outros créditos dos governos estaduais

Inclui as disponibilidades financeiras de governos estaduais e de seus órgãos aplicadas em títulos públicos federais e outras aplicações.

Outros débitos

Inclui os royalties objetos de renegociação com a União, débitos junto à União relativos ao Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental (Fundef) e outros débitos.

Outros depósitos no BCB

Recolhimento compulsório sobre depósitos e garantias realizadas (Circular 2168), depósitos remunerados decorrentes de insuficiência em aplicações e operações de crédito rural (Circular 2073), garantia por fiança bancária (Circular 2175), depósitos compulsórios do sistema brasileiro de poupança e empréstimo (resoluções 1446 e 1499), depósitos a prazo (Circular 2477), depósitos judiciais (Circular 2140), operações de crédito (Circular 2499) e outras operações ativas e passivas.

Overdraft

Saque a descoberto. Situação que ocorre quando se emite uma ordem de pagamento de valor maior que o existente em uma determinada conta.

Overnight

Depósito interbancário vigente do dia da negociação até o dia seguinte, ou, nos fins de semana, de sexta para segunda-feira.

Oxiteno

Oxiteno S.A. Indústria e Comércio



PA

Pará

PA por ilícito cambial

Como o próprio nome diz, trata-se de processo administrativo instaurado para apuração de irregularidade praticada envolvendo operação de câmbio.

PAA

É a dependência de banco múltiplo com carteira comercial, de banco comercial e de caixa econômica instalada em praça desassistida de serviços bancários prestados por agência ou outro PAA dessas instituições.



PAB

É aquele instalado por instituição financeira em recinto interno de entidade da administração pública ou de empresa privada, destinado a prestar serviços de exclusivo interesse da instituição hospedeira. Está sempre subordinado a uma agência no mesmo município. Pode ter horário de atendimento diferenciado.

Padrão monetário

Denominação da unidade de moeda que serve de base ao sistema monetário.

PAE

Valor pago ao exportador brasileiro por força de condições contratuais em que se estabelece que o pagamento total ou parcial da mercadoria vendida deve ocorrer anteriormente ao seu embarque para o exterior. Para as operações cujo prazo de embarque ultrapasse a 360 dias, exige-se seu registro no Banco Central no RDE-ROF.

Pagamento a prazo

Valor a ser pago ao exportador estrangeiro em razão de condições negociais onde se estabeleça que o pagamento total ou parcial da mercadoria comprada deve ocorrer, em tempo certo, em um determinado período de tempo após o embarque da mercadoria no exterior ou, em alguns casos, em data certa.

Pagamento à vista

Valor a ser pago ao exportador estrangeiro em razão de condições negociais em que se estabeleça que o pagamento total ou parcial da mercadoria comprada deve ocorrer a partir da apresentação dos documentos de embarque ao importador ou ao seu preposto.

Pagamento antecipado de importação

Valor a ser pago ao exportador estrangeiro por força de condições contratuais em que se estabelece que o pagamento total ou parcial da mercadoria comprada deve ocorrer anteriormente ao seu embarque no exterior.

Pagamento contra pagamento

Mecanismo em um sistema de liquidação de moedas estrangeiras que assegura que a transferência definitiva de uma moeda ocorre se, e somente se, a transferência definitiva da outra ou outras moedas também ocorrer.

Painel

Alegoria ou motivo que lembra a cultura do país emissor, referindo-se, geralmente, a aspectos históricos, sócioeconômicos ou artísticos.

PAM

Política Automotiva / Mercosul

Papel

Dólar negociado no mercado paralelo, para entrega física.

Papel-moeda

Ver cédula

Par bond

Bônus emitido como parte da renegociação da dívida brasileira em 1994 (Plano Brady) e tem vencimento em 2024. O Par Bond tem amortização única ao final do trigésimo ano, diferindo-se do Discount em dois aspectos: a conversão dos créditos antigos em novos foi feita ao par (sem desconto) e a taxa de juros é fixa em 6% do sétimo ao trigésimo ano. O Par Bond tem garantia (títulos do Tesouro norte-americano como colateral) total de principal e garantia parcial de juro.

<u>Paraiban</u>

Banco do Estado da Paraíba

Paridade

Relação de preço que se verifica entre duas moedas estrangeiras.



Participante

Uma parte que é reconhecida nas regras de um sistema de pagamento como elegível para intercambiar e liquidar pagamentos através do sistema com outros participantes, seja de forma direta, seja indireta.

Participante indireto

Uma classe de participante em um sistema de pagamento em que existe um acordo de hierarquização. Os participantes indiretos liquidam seus pagamentos nos livros dos participantes diretos e não entre contas na instituição liquidante.

Pasep

Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público

PB

Paraíba

PE

Pernambuco

PEA

População Economicamente Ativa

PEC

Proposta de Emenda Constitucional

PECC

Conselho de Cooperação Econômica do Pacífico

Pendência

Suspensão temporária de uma operação financeira por ausência de lançamento de uma das contrapartes ou de títulos na posição do vendedor.

Petrobras

Petróleo Brasileiro S.A.

Petroflex

Petroflex Indústria e Comércio S.A.

Petróleo Brent

Barril de petróleo negociado no mercado de Londres (LIPE)

Petróleo WTI

Barril de petróleo negociado no mercado de New York (NYMEX)

PF

Pessoa Física

PFP

Documentos que se destinam a detalhar políticas a serem adotadas.

PIB

Produto Interno Bruto

Piloto de reservas

Profissional ou sistema responsável por apurar continuamente o saldo da reserva bancária e monitorar todos os lançamentos a débito e/ou a crédito das instituições financeiras.

<u>PIN</u>

Nota para a imprensa emitida pelo Fundo, com o objetivo de dar publicidade às atividades do mesmo, de maneira sucinta.

PIS

Programa de Integração Social

PIS/Pasep

São programas assistenciais do Governo Federal. O PIS é administrado pela Caixa Econômica Federal. O Pasep é administrado pelo Banco do Brasil S/A.



PJ

Pessoa jurídica

PL

- 1) Patrimônio líquido.
- 2) Projeto de Lei Ordinária do Executivo.
- 3) Projeto de Lei apresentado ao Congresso Nacional e, que, se aprovado se transforma em lei.

Planejamento estratégico

Definição das seguintes orientações estratégicas da diretoria colegiada para nortear os planos de trabalho das unidades: Missão Institucional; Macroprocessos; Visão de Futuro; Macroobjetivos e Objetivos Estratégicos para dois anos; Diretrizes e Valores.

Planejamento institucional

Planejamento de todas as atividades e projetos a cargo das unidades do Banco Central para cumprimento de sua Missão Institucional e de seus macroprocessos.

Plano Brady

Assim chamado em referência ao Secretário do Tesouro dos Estados Unidos, Nicholas Brady, que o anunciou em março de 1989. Tem como elemento essencial a novação da dívida objeto de reestruturação, mediante a troca por bônus de emissão do governo do país devedor, que contemplam abatimento do encargo da dívida, seja sob a forma de redução do seu principal, seja por alívio na carga de juros. No caso brasileiro, o acordo firmado em abril de 1994 referia-se apenas à parte da dívida do setor público com bancos comerciais estrangeiros. O desconto efetivo associado ao acordo foi de 7,6% do valor da dívida afetada pelo acordo.

PLC

Projeto de Lei Ordinária da Câmara

PI F

Patrimônio Líquido Exigido

PLP

Projeto de Lei Complementar

PLS

Projeto de Lei Ordinária do Senado

PMEs

Pequenas e Médias Empresas

PMSS

Programa de Modernização do Setor de Saneamento

PNAD

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PND

Programa Nacional de Desestatização

<u>PNUD</u>

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

Poder liberatório

Capacidade da cédula, ou moeda, de liberar débitos, de efetuar pagamentos.

<u>Polialden</u>

Polialden Petroquímica S.A.

Polibrasil

Polibrasil S.A. Indústria e Comércio

Poliolefinas

Poliolefinas S.A.



Polipropileno

Polipropileno S.A.

Polisul

Polisul Petroquímica S.A.

Politeno

Politeno Indústria e Comércio S.A.

Pomcac

Refere-se à ação do PPA: Formulação e gerenciamento das políticas monetária, cambial e de crédito.

Pontos-base (Basis points)

Convenção utilizada sobretudo no mercado de renda fixa, é uma escala no qual 100 pontos-base representa 1%. Dadas as relativamente pequenas variações que normalmente ocorrem no rendimento dos títulos de renda fixa, estas variações são normalmente expressas em termos de pontos-base ao invés de pontos percentuais. Uma queda de rendimento de 12,55% para 12,52% pode ser mais facilmente visualizada como uma queda de 3 pontos-base do que como uma redução de 0,03 pontos percentuais.

Portrait

Efígie de personagem homenageado em cédula.

Posição compensada de liquidação multilateral

A soma do valor de todas as transferências que foram recebidas por um participante de um sistema de liquidação compensada durante um certo período, menos o valor das transferências que o mesmo realizou a todos os outros participantes. Se a soma é positiva, o participante se encontra em uma posição compensada multilateral de crédito (credora); se a soma é negativa, se encontra em uma posição compensada multilateral de débito (devedora).

Posição de câmbio

Posição que cada banco autorizado a operar em câmbio mantém em moeda estrangeira, apurada após todas as negociações efetuadas diariamente pela instituição (exportações, importações, saídas e ingressos financeiros). A posição de câmbio de uma instituição pode assumir os seguintes resultados: - nivelada: quando o total de compras é igual ao total de vendas; - comprada: quando o total de compras é maior que o total de vendas; - vendida: quando o total de compras é menor que o total de vendas.

Posição de investimento internacional

Apresenta os ativos externos do País e os passivos externos do País.

Posição especial de câmbio

Posição que cada banco autorizado a operar em câmbio pode manter, apartada da posição de câmbio, e destinada a registrar valores de contratos de câmbio de exportação, por 90 dias, até que se realizem os requisitos para a liquidação, cancelamento ou baixa.

Posição financeira

Saldo financeiro de um participante, a cada momento, em um sistema de liquidação.

Plano do Governo Federal elaborado para quatro anos.

PPH

Companhia Industrial de Polipropileno S.A.

PPI

Índice de Preços ao Produtor de Bens Finais (EUA)

PPTA

Presidência Pro Tempore Argentina / Mercosul



PPTB

Presidência Pro Tempore Brasileira / Mercosul

PPTP

Presidência Pro Tempore Paraguaia / Mercosul

PPTU

Presidência Pro Tempore Uruguaia / Mercosul

PQU

Petroquímica União S.A.

PR

- 1) Paraná.
- 2) Utilizado para fins de apuração dos limites operacionais das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. É obtido pelo somatório dos níveis i e ii de patrimônio, conforme definido na Resolução nº 2.802, de 21/12/2000.

Prática espúria

É motivo de devolução de cheque pelo banco sacado. Só pode ser informado por banco que tenha compromisso de pagar o cheque mesmo que não tenham fundos.

Prazo médio

Corresponde à média dos prazos para vencimento do saldo ou parcelas remanescentes das operações em curso. É apurado pela ponderação do valor do saldo ou das parcelas das operações pelo prazo a decorrer, dividindo-se esse resultado pelo somatório dos saldos ou parcelas remanescentes das operações. Esse conceito não se aplica às operações de crédito rotativo (conta garantida e cheque especial), nas quais o prazo médio corresponde à média de utilização dos recursos ao longo do mês.

Preço de lastro

Preço aceito pelo Banco Central nas operações compromissadas por ele realizadas e que as instituições financeiras, por sua iniciativa utilizam como parâmetro nas operações compromissadas. A tabela de preços da 550 é elaborada pelo Banco Central e divulgada diariamente pela Andima.

Previdência Social - Componente da DLSP

Resultado líquido do sistema de previdência social junto ao sistema financeiro, decorrente dos pagamentos de benefícios, recebimentos de contribuições e repasses entre os entes envolvidos.

Previsão de liquidez no mercado de reservas bancárias

Mapas atualizados diariamente pelo Demab contendo informações sobre os principais fatores que impactam as condições de liquidez no mercado de reservas bancárias. Estimativas com periodicidade diária e mensal.

PRGF

- 1) Linha de Crédito do FMI destinada a países pobres. Usualmente está ligada às estratégias de combate à pobreza
- e retomada do crescimento.
- 2) Documento de país membro contendo as estratégias para combate à pobreza.

Prime

Taxa de juros do mercado interbancário norte-americano

Prime rate

Taxa de juros básica utilizada por bancos comerciais norte-americanos em empréstimos a clientes preferenciais.

Princípios fundamentais para SPIS

Diretrizes universais emitidas em janeiro de 2001 por uma Força Tarefa do CPSS para alentar o desenho e operação em todo o mundo de sistemas de pagamento de importância sistêmica (SPIS) mais seguros e eficientes.



Proagro

Programa de Garantia da Atividade Agropecuária

Proat

Principal objetivo é o aperfeiçoamento dos instrumentos utilizados pelo Banco Central na supervisão do Sistema Financeiro Nacional

Procon

Fundação de Proteção e Defesa do Consumidor

Proer

Programa de Estímulo à Reestruturação a ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional

Proes

Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária

Pronor Petroquímica S.A.

Proof

Processo especial de cunhagem em que a moeda apresenta fundos espelhados e relevos fosqueados.

Prova

No processo de produção da cédula, diz-se da impressão da maquete escolhida, para aprovação definitiva; dá-se essa denominação também à moeda de tipo idêntico àquelas cunhadas para circulação, distribuída às instituições bancárias para comparação de legitimidade e enviada às sociedades numismáticas para estudo.

Provisionamento

Ato de se vincular Registro de Exportação - RE a contrato de câmbio de exportação, com a finalidade de possibilitar o embarque de mercadorias ao exterior para empresas que se encontrem impedidas pelo Banco Central do Brasil.

PSF

Programa Semestral de Fiscalização

PTAX

Taxa de câmbio calculada ao final de cada dia; é a taxa média de todos os negócios com dólares realizados naquela data no mercado interbancário de câmbio, com liquidação em D2.

PTAX-800

Consulta a Taxas de Câmbio / Bacen

PU

Preço unitário

PUT

Opção que pode ser exercida pelo credor numa operação de empréstimo com lançamento de títulos no exterior.

R

RA

Reforma Administrativa (regulamentação)



Rating

- 1) Risco de crédito dos emissores e das emissões de renda fixa que são avaliados por empresas de rating de crédito, que são instituições independentes especializadas na determinação e divulgação do risco das corporações, instituições financeiras e países (neste último caso, o chamado risco soberano). As principais empresas de rating no mundo são Moody`s Investors Service, Standard & Poor`s, Fitch IBCA e Duff & Phelps Credit Rating Co.
- 2) Classificação de crédito, reflete a probabilidade de não pagamento das dívidas de uma entidade.

RC

Documento de caráter cambial e financeiro, processado pelo Siscomex, que caracteriza venda externa com prazo de pagamento superior a 180 dias, com recursos da União (Proex) ou sem qualquer ônus para a União.

RDE

Conjunto de sistemas informatizados destinados à captação eletrônica dos dados relativos às operações de créditos, investimetnos externos e importação de tecnologia. Sua implantação trouxe como benefícios a simplificação de procedimentos e significativa redução de custos operacionais para o Banco Central e para sua clientela, além de permitir maior celeridade e confiabilidade na obtenção de dados. O RDE é estruturado em 3 grandes módulos: Módulo I - Registro de Operações Financeiras (ROF); Módulos II - Investimentos em Portifólio Módulo III - Investimento Externo Direto (IED).

RE

É o conjunto de informações de natureza comercial, cambial, financeira e fiscal da operação de exportação de uma mercadoria. É realizado diretamente pelo exportador ou por seu representante legal em um terminal interligado ao Siscomex.

REC

Reunião Especializada de Cooperativas / Mercosul

Recolhimento

Ato de recepção de cédulas dilaceradas ou das que estão sendo substituídas.

Recolhimentos compulsórios, encaixes obrigatórios

A obrigação dos bancos de manter saldos (reservas bancárias) no Banco Central provenientes de certos tipos de passivos (em alguns casos o dinheiro em caixa pode ser contado como parte dos encaixes).

Recolhimentos/encaixes obrigatórios

Recolhimentos/encaixes obrigatórios de instituições financeiras: refere-se aos valores recolhidos ao Banco Central e/ou mantidos pelas instituições na forma de encaixe para fins de cumprimento das diversas normas prudenciais e de controle monetário, estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional. Os recolhimentos 'em espécie' correspondem aos valores que foram transferidos das contas 'Reservas Bancárias' para outras contas de depósitos no Banco Central e que têm movimentação limitada aos períodos regulamentares, geralmente semanais, mediante demonstrativo de evolução da base de cálculo. Esses recolhimentos podem ser remunerados ou não. Os recolhimentos 'em títulos' correspondem aos valores dos títulos públicos federais que foram vinculados no Selic, e que ficaram indisponíveis para negociações enquanto mantida a vinculação. Os recolhimentos 'em títulos' são considerados remunerados em função da rentabilidade implícita no valor atualizado do título, não recebendo qualquer remuneração adicional por parte do Banco Central.

RECS

Reunião Especializada de Comunicação Social / Mercosul



Recursos do FAT - Componente da DLSP

Inclui os recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador administrados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES), além de outras disponibilidades do fundo junto ao setor financeiro.

RECYT

Reunião Especializada de Ciência e Tecnologia / Mercosul

RED

Reunião Especializada de Autoridades de Aplicação em Matéria de Drogas, Prevenção do Uso Indevido e Recuperação de Dependentes / Mercosul.

Redesconto

Empréstimo de última instância que o Banco Central concede, na modalidade de compra, com compromisso de revenda, de títulos, créditos e direitos creditórios integrantes do ativo dos bancos múltiplos com carteira comercial, bancos comerciais e caixas econômicas.

Redesconto intradia

Operação de compra com compromisso de revenda de títulos públicos federais selicados, sem custo, por um período menor que um dia útil. Os títulos são apreçados de forma conservadora pelo Banco Central de modo a minimizar o seu risco de crédito.

Refiex

Programa em extinção que registrava as operações financeiras com o exterior. Substituído pelo registro declaratório eletrônico-RDE.

Reforço

Operação na qual o custodiante, mediante autorização prévia, retira dinheiro em espécie no Banco Central, sensibilizando positivamente o saldo custodiado.

Registro anverso/reverso ou registro coincidente

Elemento de segurança de cédulas que consiste em composição gráfica impressa simultaneamente nas duas faces, de forma que haja perfeita superposição ou complementação de elementos do anverso com correspondentes do reverso, quando observados através de luz emergente.

Regra da zero hora

Uma cláusula na lei de falências de alguns países mediante a qual as operações de uma instituição liquidada que tenham sido celebradas depois da meia noite na data em que se ordena o fechamento da instituição podem ser declaradas como não válidas de forma retroativa.

Regra de repartição de perdas

Um acordo entre os participantes de um sistema de transferência ou arranjo de uma câmara de compensação em relação à distribuição de quaisquer perdas que surjam quando um ou mais participantes não cumprem com suas obrigações; o arranjo estipula como se repartirá às perdas entre as partes envolvidas no evento deste acordo ser ativado. Também é chamado de acordo de repartição de perdas.

REII

Reunião Especializada de Infra-estrutura de Integração / Mercosul

Relacionamento com Banco Central

Resultado líquido entre as disponibilidades do Governo Federal no Banco Central e a carteira de títulos públicos federais do Banco Central.

REM

Reunião Especializada da Mulher / Mercosul

Remi

Reunião Especializada de Municípios e Intendências / Mercosul

Renegociação (Lei 8727/1993)

Dívidas de estados, municípios e estatais existentes em 30/6/1993, refinanciadas pela União sob o amparo da Lei 8727/1993.



Renegociação (Lei 9.496/1997 e MP 2.118/2000)

Dívidas mobiliárias e contratuais de estados e municípios, renegociadas junto à União no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados (Parafe) através da Lei 9.496 de 11/9/1997 e da MP 2.118/2000.

Repatriamento

Termo utilizado em relação à moeda estrangeira. Define a recuperação e o retorno ao País, de valores remetidos ao exterior, em pagamentos diversos.

REPC

Reunião Especializada de Promoção Comercial Conjunta / Mercosul

Repo

Nome reduzido dado às operações de mercado chamadas de Repurchase Agreements ou Acordos de Recompra. Por esse acordo, o vendedor vende um título de renda fixa com o compromisso de recomprá-lo em uma determinada data e por um determinado preço. Acordos de recompra tem basicamente duas finalidades. A primeira deriva de uma situação de mercado em que um determinado título, estando muito demandado e em falta, obriga alguns participantes do mercado financeiro a adquiri-los por um prazo determinado de um outro participante. Uma outra motivação de acordos de recompra decorre do interesse de um investidor em investir dinheiro sem correr o risco de crédito embutido em operações de depósito normais.

Repúdio

A negação, feita por uma das partes de uma operação, de sua participação no todo ou em parte de tal operação ou dos conteúdos da comunicação.

Reservas bancárias

Conta que os bancos mantêm no Banco Central, cujo saldo é afetado pelas operações de saques e depósitos realizadas junto ao Departamento do Meio Circulante, junto às suas representações regionais ou junto à custódia no Banco do Brasil.

Reservas internacionais - Líquida ajustada

Haveres no Banco Central do Brasil em moeda estrangeira, ouro, direitos especiais de saque e posição junto ao Fundo Monetário Internacional menos as obrigações de curto prazo em moeda estrangeira do Banco Central do Brasil e as obrigações junto ao FMI.

Reservas internacionais - Liquidez internacional

Haveres no Banco Central do Brasil em moeda estrangeira, ouro, Direitos Especiais de Saque (DES) e posição junto ao Fundo Monetário Internacional.

Resultado nominal com desvalorização cambial

Resultado nominal com desvalorização cambial sobre o estoque de dívida mobiliária. Este era o conceito tradicional do resultado nominal até 2001. A diferença entre o atual resultado nominal está no tratamento da dívida interna indexada ao câmbio. Neste conceito, o tratamento da dívida indexada é o mesmo da dívida interna. Assim, o resultado nominal com desvalorização é definido como a variação nominal dos saldos da dívida interna líquida, mais a variação da dívida externa líquida em dólares, convertida para reais pela taxa de câmbio.

Resultado nominal ou necessidades de financiamento

O resultado nominal é o mais tradicional dentro das necessidades de financiamento. Ele é calculado pela variação do endividamento líquido. O resultado nominal é constituído da variação da DLSP, descontada a variação da taxa de câmbio sobre os estoques de dívida interna indexada ao câmbio, de dívida externa e das reservas internacionais. Esses valores, que fazem parte da variação da DLSP e não constituem resultado nominal, são classificados como ajustes metodológicos da área interna e externa.

Resultado operacional

Em regimes de inflação elevada, as taxas de juros nominais carregam componente de atualização monetária, isto é, parte das taxas de juros corresponde apenas a



manutenção do valor dos ativos. Consequentemente, o resultado nominal dependerá do nível de inflação, gerando superestimação do desequilíbrio orçamentário do setor público. O resultado operacional procura corrigir o efeito da inflação sobre o resultado nominal. Teoricamente, ele significa o resultado do setor público no caso de inflação zero. A hipótese básica para esse conceito é de que a inflação não traz distorções no lado real da economia, apenas com impacto no lado monetário. Assim, o resultado operacional deduz o componente inflacionário sobre o pagamento de juros incidente sobre a dívida líquida interna não indexada ao câmbio.

Resultado primário

O resultado primário corresponde ao resultado nominal (NFSP) menos os juros nominais incidentes sobre a dívida líquida interna e externa. Os juros incidentes sobre a dívida do setor público são determinados pelo nível da taxa de juros nominal interna e externa e pela dimensão dos déficit anteriores (dívida atual). A inclusão dos juros no cálculo do déficit dificulta a mensuração do efeito da política fiscal implementada pelo governo. Assim, o resultado primário é importante para avaliar a consistência entre as metas de política macroeconômicas e a sustentabilidade da dívida, ou seja, da capacidade do governo de honrar com seus compromissos.

RET

Reunião Especializada de Turismo / Mercosul

Reuters

Agência internacional de notícias e informações, inclusive cotações de preços de ativos.

Revelação pública (public disclosure)

Colocar informação à disposição do público, por exemplo, publicando-a em uma página da internet ou fazendo cópias a que o público pode ter acesso.

Reverse repo

Acordo de recompra (repo) sob a ótica da parte que compra o título.

Reverso

Face da cédula ou da moeda oposta ao anverso. Na moeda é o lado onde se encontra o valor facial.

Reverso invertido

Diz-se do reverso da moeda quando a sua posição é contrária ao que foi determinado oficialmente.

RFFSA

Rede Ferroviária Federal S.A.

RIC

Símbolo usado para identificar títulos ou instrumentos financeiros na Reuters.

Riogás

Riogás S.A.

RIP

Programa Indicativo Regional / UE

Risco de crédito

Risco decorrente da possibilidade de que a contraparte não honre a entrega de papéis ou fundos pactuados.

Risco de crédito / exposição creditícia

Risco de que uma contraparte não liquide uma obrigação por seu valor completo seja no vencimento ou em qualquer oportunidade a partir desse momento. Nos sistemas de troca por valor, a definição em geral inclui o risco de custo de reposição e o risco de principal.

Risco de custo de reposição

Risco de que uma contraparte de uma operação vigente, a ser concluída em data futura, não cumpra com esta na data de liquidação. Esta inadimplência poderia



deixar a parte solvente com uma posição de mercado aberta ou descoberta ou poderia negar à parte solvente os ganhos não realizadas sobre tal posição. O risco resultante é o custo de substituir, a preços atuais de mercado, a operação original.

Risco de custódia

O risco de perda nos valores mobiliários mantidos sob custódia ocasionado por insolvência, negligência ou por uma ação fraudulenta do custodiante ou de um subcustodiante.

Risco de emissor

Risco de não ser honrado compromisso relacionado com a emissão ou o resgate do principal e acessórios do título ou valor mobiliário, no vencimento previsto.

Risco de liquidação

Risco de que uma liquidação em um sistema de transferência não se realize segundo o esperado. Este risco pode incluir tanto o risco de crédito como o de liquidez.

Risco de liquidação de câmbio

Risco de que uma das partes de uma negociação de moedas estrangeiras pague a divisa que vendeu, mas que não receba a que comprou. É também denominado risco de liquidação entre moedas ou risco de principal; também se faz referência a este risco como risco Herstatt, ainda que este termo seja inadequado dadas as circunstâncias mutáveis nas quais este risco tem se materializado.

Risco de liquidez

Variação desfavorável de retorno devido à falta de negociabilidade de um instrumento financeiro por preços alinhados com vendas recentes. O risco de liquidez pode surgir em função do tamanho de determinada posição em relação aos volumes usuais de negociação ou da instabilidade das condições de mercado.

Risco de mercado

- 1) O risco de perdas nas posições de balanço e extra-balanço e que surge dos movimentos nos preços do mercado.
- 2) Expectativa de ganho ou perda no valor dos ativos em função da variação diária dos preços no mercado secundário.

Risco de principal

Risco de o vendedor de um título entregar o ativo, mas não receber o pagamento, ou de o comprador de um título efetuar o pagamento, mas não receber o ativo.

Risco de principal (de capital)

O risco de que o vendedor de um valor mobiliário entregue este valor mobiliário, mas não receba o pagamento, ou que o comprador de um valor mobiliário faça o pagamento, mas não receba o valor mobiliário. Nesse caso, o valor completo dos valores mobiliários ou dos fundos transferidos está em risco.

Risco financeiro

Termo que cobre uma variedade de riscos em que se incorre nas operações financeiras, tanto riscos de liquidez quanto riscos de crédito.

<u>Risco legal</u>

O risco de que uma parte sofra uma perda porque as leis ou regulações não dão suporte às regras do sistema de liquidação de valores mobiliários, à execução dos arranjos de liquidação relacionados ou aos direitos de propriedade e outros interesses que são mantidos pelo sistema de liquidação. O risco legal também surge se a aplicação das leis ou regulações é pouco clara.

Risco operacional

- 1) O risco de erros humanos ou de falha de algum componente do hardware, software ou dos sistemas de comunicação que são cruciais para a liquidação.
- 2) Risco de haver erro humano ou falha de equipamentos, programas de informática ou sistema de telecomunicações imprescindíveis ao funcionamento de determinado sistema.



Risco prévio à liquidação O risco de que uma contraparte em uma operação vigente a ser completada em uma data futura não cumpra com o contrato ou acordo durante a vida da operação. A exposição resultante é o custo de repor a operação original a preços vigentes no mercado. É também conhecido como risco de custo de reposição.

Risco sistêmico

- 1) O risco de que a inadimplência de um participante com suas obrigações em um sistema de transferência, ou em geral nos mercados financeiros, possa fazer com que outros participantes ou instituições financeiras não sejam capazes, por sua vez, de cumprir com suas obrigações (incluindo as obrigações de liquidação em um sistema de transferência) no vencimento. Tal inadimplência pode causar problemas significativos de liquidez ou de crédito e, como resultado, poderia ameaçar a estabilidade dos mercados financeiros.
- 2) Risco de a incapacidade de uma instituição liquidar suas obrigações no vencimento implicar incapacidade de as demais liquidarem, também, suas obrigações no vencimento.

Riskmetrics

Modelo desenvolvido pelo JPMorgan para cálculo de valor em risco (risco de mercado).

RJ

Rio de Janeiro

RM

Região Metropolitana

RMA

Reunião de Ministros de Agricultura / Mercosul

RMADS

Reunião de Ministros e Autoridades de Desenvolvimento Social / Mercosul

RMC

Reunião de Ministros de Cultura / Mercosul

<u>RME</u>

Reunião de Ministros de Educação / Mercosul

RMEPBC

Foro que reúne os Ministros de Economia e Presidentes de Bancos Centrais dos Estados Partes do Mercosul. Coordenação brasileira a cargo do Ministério da Fazenda.

RMI

Reunião de Ministros de Interior / Mercosul

<u>RMIND</u>

Reunião de Ministros de Indústria / Mercosul

RMJ

Reunião de Ministros de Justiça / Mercosul

RMME

Reunião de Ministros de Minas e Energia / Mercosul

RMS

Reunião de Ministros de Saúde / Mercosul

RMT

Reunião de Ministros de Transportes / Mercosul

RMTB

Reunião de Ministros de Trabalho / Mercosul

ROF

Trata-se de um dos módulos do Registro Declaratório Eletrônico-RDE para registrar as operações de crédito, de serviço e de transferência de tecnologia, como por exemplo: empréstimo em moeda, lançamento de títulos, pagamento antecipado de



exportação, importação financiada, serviço de assistência técnica, aluguel, afretamento, arrendamento mercantil financeiro (leasing), arrendamento simples operacional.

Rosácea

Fornato arquitetônico em forma de rosa; sob o aspecto gráfico, trata-se de tipo de guilhochê em que, geralmente, se apõe uma informação básica da cédula (o valor, por exemplo).

Rosc

Documento do Fundo com resultados da supervisão efetuada sobre os países membros, referente à observância de padrões de conduta previamente estabelecidos.

Rotina de otimização

Processos de rotina em um sistema de pagamento para determinar a ordem em que os pagamentos são aceitos para a liquidação. As rotinas de otimização são utilizadas para melhorar a liquidez do sistema e para incrementar a eficiência da liquidação.

RP

Reforma da Previdência (regulamentação)

RS

Rio Grande do Sul

RSFN

Estrutura de comunicação de dados implementada por intermédio de tecnologia de rede, com a finalidade de suportar o tráfego de mensagens entre as instituições financeiras, as câmaras e os prestadores de serviços de compensação e de liquidação, a Secretaria do Tesouro Nacional e o Banco Central, no âmbito do Sistema de Pagamentos Brasileiro. Os participantes da RSFN interagem por meio de mensagens.

RTGS

Real Time Gross Settlement - Ver LBTR.

RTM

Regulamento Técnico / Mercosul

RV

Conjunto de informações que caracterizam instrumento de venda de "commodities" ou de produtos negociados em bolsa, que deve ser objeto de registro no Siscomex previamente à solicitação de registro de exportação.

S

S.W.I.F.T.

Uma organização cooperativa criada e dirigida pelos bancos. Opera uma rede que facilita a troca de pagamentos e outras mensagens financeiras entre instituições financeiras (incluindo corretoras-mediadores (brokers-dealers) e firmas de valores) em todo o mundo. Uma mensagem de pagamento S.W.I.F.T. é uma instrução para transferir fundos; o intercâmbio de fundos (liquidação) se realiza subseqüentemente em um sistema de pagamento ou por meio das relações de bancos correspondentes.

Sabesp

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo SADC

Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral



Saelpa

S.A. de Eletrificação da Paraíba

SAI

Sistema Andino de Integração / CAN

<u>Salgema</u>

Salgema Indústrias Químicas S.A.

SAM

Secretaria Administrativa / Mercosul

Samurai Bond

Bônus de dívida soberana emitidos em ienes no mercado japonês.

Saneamento

Saneamento envolve o conjunto de atividades voltadas para manter o dinheiro em circulação em boas e seguras condições de uso. É constituído por dois processos: expurgo das cédulas falsas e substituição das cédulas desgastadas e/ou descaracterizadas.

Sanepar

Companhia de Saneamento do Paraná

Saque

Operação na qual um banco retira dinheiro em espécie no Bacen/Custodiante, sensibilizando negativamente o saldo da sua conta "reservas bancárias".

Sasse

Caixa Seguradora S.A.

SBA

Acordo padrão estabelecido pelo Fundo com o país membro, inclui empréstimos no formato mais usual em termos de volume e maturidade.

SBPE

Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo

SC

Santa Catarina

SCDC

Subcomissão técnica responsável pela harmonização das demonstrações contábeis nos Estados Partes do Mercosul. Coordenação brasileira a cargo do Departamento de Normas do Sistema Financeiro (Denor/Bacen).

SCIG

Sistema informatizado para acompanhamento e avaliação dos custos das atividades do Banco Central.

SCLD

Subcomissão técnica responsável pelo exame dos assuntos relativos à lavagem de dinheiro no Estados Partes do Mercosul. Coordenação brasileira a cargo do Departamento de Combate a Ilícitos Cambiais e Financeiros (Decif/Bacen).

SCMS

Subcomissão técnica responsável pelo exame de assuntos relativos à margem de solvência para empresas seguradoras nos Estados Partes do Mercosul. Coordenação brasileira a cargo da Superintendência de Seguros Privados (Susep).

SCR

- 1) Subcomissão técnica responsável pelo exame dos assuntos relativos a resseguros nos Estados Partes do Mercosul. Coordenação brasileira a cargo da Superintendência de Seguros Privados (Susep).
- 2) Subcomissão de Resseguros / CS / SGT-4.



SD

Documento formal e governamental que autoriza a saída da mercadoria do País para o exterior.

SDDS

Banco de dados do Fundo com informações sobre os países membros.

SDR

- 1) Moeda de curso internacional criada pelo FMI em 1969 em complemento às reservas existentes. Baseia-se numa cesta de moedas e tem cotação diária no *site* do FMI.
- 2) O mesmo que DES, a sigla em português.

Seade

Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados

Secex

Órgão responsável pela condução das operações de comércio exterior, pela aplicação dos mecanismos de defesa comercial, pelo acompanhamento de acordos de integração regional e pelo desenvolvimento de políticas de comércio exterior.

Securities lending

Empréstimo de títulos em carteira contra recebimento de garantia em busca de uma rentabilidade adicional alcançada, na maioria dos casos, a partir de um risco adicional (risco de crédito, mercado ou liquidez).

Securitização de exportações

Operação de captação de recursos no mercado externo com o estabelecimento de vínculo a exportações da própria tomadora, de sua controladora, de suas controladas, de outras empresas que tenham a mesma controladora, ou de outras empresas, podendo ser realizadas como empréstimo externo ou como importação financiada.

Segurança da moeda

Compreende o expurgo do dinheiro falso detectado e as ações de emissão de laudos, de monitoramento das técnicas de falsificação, de divulgação das características do dinheiro autêntico, de treinamento de caixas e de colaboração com as autoridades no combate à falsificação.

Sela

Sistema Econômico Latino-Americano

Selic

- 1) Criado em 1979, o Sistema Especial de Liquidação e de Custódia Selic destina-se ao registro de títulos e de depósitos interfinanceiros por meio de equipamento eletrônico de teleprocessamento, em contas gráficas abertas em nome de seus participantes, bem como ao processamento, utilizando-se o mesmo mecanismo, de operações de movimentação, resgate, ofertas públicas e respectivas liquidações financeiras.
- 2) É um sistema informatizado que se destina à custódia de títulos escriturais de emissão do Tesouro Nacional e do Banco Central, bem como ao registro e à liquidação de operações com os referidos títulos. A administração do Selic e de seus módulos complementares é de competência exclusiva do Departamento de Operações do Mercado Aberto (Demab) do Banco Central do Brasil.

Senac

Serviço Nacional do Comércio

Senai

Serviço Nacional da Indústria

Senalca

Seção Nacional de Coordenação dos Assuntos Relacionados à Área de Livre Comércio das Américas / MRE



Seneuropa

Seção Nacional de Coordenação dos Assuntos Relacionados à Associação Inter-Regional Mercosul - União Européia / MRE

Série

Conjunto de cada 100.000 unidades de cédulas, de mesmo valor e estampa.

Série especial ou de reposição

Série de cédulas impressas para substituição de cédulas defeituosas das séries normais, antes de sua entrada em circulação. O número da série especial pode ser acompanhado de um asterisco (*).

Serrilha

Acabamento trabalhado do bordo da moeda, destinado a impedir o cerceio (raspagem).

Serviço de compensação de cheques e outros papéis

É serviço instituído, e conferido por lei ao Banco do Brasil, como instrumento do desenvolvimento de um eficiente sistema de pagamentos.

Serviços de meio circulante

Compreendem o provimento de cédulas e moedas aos bancos e a manutenção do dinheiro em circulação em boas e seguras condições de uso.

Sesi

Serviço Social da Indústria

Setor público não financeiro

Considera-se como setor público não financeiro as administrações diretas e indiretas nas esferas federal, estaduais e municipais, o sistema público de previdência social e as empresas estatais não-financeiras federais, estaduais e municipais, além da empresa Itaipu Binacional. Incluem-se também no conceito de setor público não-financeiro, os fundos públicos que não possuem característica de intermediários financeiros, isto é, aqueles cuja fonte de recursos é constituída de contribuições fiscais ou parafiscais. O Banco Central é incluído na apuração da dívida líquida pelo fato de transferir seu resultado automaticamente para o Tesouro Nacional, além de ser o agente arrecadador do imposto inflacionário.

SFH

Sistema Financeiro da Habitação

SFN

Sistema Financeiro Nacional

SGIE

Subsecretaria-Geral de Assuntos de Integração, Econômicos e de Comércio Exterior / MRE

SGT

Subgrupo de Trabalho

SGT-1

Subgrupo de Trabalho 1 - Comunicações / Mercosul

SGT-2

Subgrupo de Trabalho 2 - Aspectos Institucionais / Mercosul

SGT-3

Subgrupo de Trabalho 3 - Regulamentos Técnicos e Avaliação de Conformidade / Mercosul

SGT-4

Responsável pela realização do processo de integração financeira do Mercosul. Coordenação brasileira a cargo do Departamento da Dívida Externa e de Relações Internacionais (Derin/Bacen).



SGT-5

Subgrupo de Trabalho 5 - Transportes / Mercosul

<u>SGT-6</u>

Subgrupo de Trabalho 6 - Meio Ambiente / Mercosul

SGT-7

Subgrupo de Trabalho 7 - Indústria / Mercosul

SGT-8

Subgrupo de Trabalho 8 - Agricultura / Mercosul

SGT-9

Subgrupo de Trabalho 9 - Energia e Mineração / Mercosul

SGT-10

Subgrupo de Trabalho 10 - Assuntos Trabalhistas, Emprego e Seguridade Social / Mercosul

SGT-11

Subgrupo de Trabalho 11 - Saúde / Mercosul

SGT-12

Órgão responsável pelo exame dos assuntos relativos a investimentos nos Estados Partes do Mercosul. Coordenação brasileira a cargo do Ministério da Fazenda.

SGT-13

Órgão responsável pelo exame dos assuntos relativos a comércio eletrônico nos Estados Partes do Mercosul. Coordenação brasileira a cargo do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

SGT-14

Órgão responsável pelo acompanhamento da conjuntura econômica e comercial nos Estados Partes do Mercosul. Coordenação brasileira a cargo do Ministério das Relações Exteriores.

Sica

Sistema de Integração Centro-Americana / MCCA

<u>Sicap</u>

Sistema de Informação Computadorizado de Apoio ao CCR / Aladi

Sidar

- 1) Sistema informatizado criado especialmente para registro e acompanhamento da execução dos projetos das unidades do Banco Central, vinculados aos objetivos estratégicos definidos pela Diretoria Colegiada.
- 2) Modalidade de acompanhamento das atividades relacionadas com a administração financeira dos recursos da União, que centraliza ou uniformiza o processamento da execução orçamentária, recorrendo a técnicas de elaboração eletrônca de dados, com o envolvimento das unidades executoras e setoriais, sob a supervisão do Tesouro Nacional e resultando na integração dos procedimentos concernentes, essencialmente à programação financeira, à contabilidade e à administração orçamentária.

Sidoc

Sistema onde são registrados os documentos de ordem interna e externa tratados no Banco Central do Brasil.

Sieca

Secretaria de Integração Econômica Centro-Americana / MCCA

Siga

Sistema que objetiva dar tratamento sistematizado aos dados relativos aos estoques e aos fluxos de capitais com o exterior, propiciando maior velocidade na apuração de estatísiticas, fundamentais para subsididar a formulação da política econômica do Governo e contribuir para um melhor relacionamento do Brasil com a comunidade financeira internacional.



Simples

Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte

Sinapi

Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil

Sinduscon

Sindicato da Indústria de Construção Civil do Estado de São Paulo

Sisbacen

- 1) É um complexo informacional administrado pelo Banco Central do Brasil que se caracteriza por permitir acesso interativo on line, tanto para a entrada quanto para a recuperação de informações, além de disponibilizar consultas em tempo real.
- 2) Complexo institucional formado por equipamentos, processos e conhecimentos de tecnologia de informação e negócio destinado ao tratamento eletrônico de informações de interesse do Banco Central. Apoia os macroprocessos de Formulação e Gestão da Política Monetária e Cambial, de Regulação e Supervisão do Sistema Financeiro Nacional e de Administração do Sistema de Pagamentos Brasileiro e Meio Circulante. Abrange um conjunto de 160 subsistemas interdependentes subdivididos em 213 rotinas, 20.000 programas, 2.700 transações e 780 bases de dados. Está interligado a 2.000 sedes e 9.000 dependências de instituições financeiras e a redes e sistemas do Governo tais como Siafi, Siscomex, Serpro, TCU, IBGE, Ipea, Prodasen, Selic, Cetip e à rede internacional de transferência de fundos SWIFT.

Sisbex

Sistema de negociação eletrônica de dólares da Bolsa de Mercadorias & Futuros.

Siscomex

Sistemática administrativa do comércio exterior brasileiro, que integra as atividades afins da Secretaria do Comércio Exterior (Secex), da Secretaria da Receita Federal (SRF) e do Banco Central, no registro, acompanhamento e controle das diferentes etapas das operações de exportação e importação. O Banco Central é responsável pelo tratamento dos aspectos cambiais.

Sistema Cadinf

Mantém cadastro centralizado de instituições financeiras

Sistema Câmbio

Registro de todas as operações de câmbio realizadas pelas instituições financeiras autorizadas a operar em câmbio e por seus intermediadores (corretoras de câmbio).

Sistema Capefe

Manutenção de cadastro centralizado de pessoas físicas e jurídicas vinculadas às instituições financeiras.

Sistema de filas

Um arranjo para a administração do risco mediante o qual ordens de transferência são mantidas como pendentes pelo iniciador / remetente ou pelo sistema até que exista suficiente cobertura na conta de liquidação do iniciador / remetente ou sejam atendidos os limites estabelecidos para esse pagador; em alguns casos a cobertura também pode incluir linhas de crédito não utilizadas ou garantias disponíveis.

Sistema de liquidação de valores mobiliários

Um sistema que permite a transferência de valores mobiliários: tanto livre de pagamento (entrega livre ou sem financeiro), por exemplo no caso de garantias; quanto contra pagamento. A liquidação dos valores mobiliários ocorre em contas de depósito de valores mobiliários nos DCVM (seja nos DCVM privados ou em um banco central nacional que atua como DCVM) ou no banco central (contas operacionais de custódia segura). Nesse último caso, o Banco Central atua como custodiante intermediário dos valores mobiliários. O custodiante final é normalmente o DCVM. A liquidação do financeiro ocorre em um Sistema Interbancário de Transferência de Fundos (SITF) por meio de um agente liquidante.



Sistema de liquidação pelo valor líquido bilateral

Sistema de liquidação no qual as posições bilaterais compensadas de liquidação dos participantes são liquidadas entre cada combinação bilateral de participantes.

Sistema de pagamento

Um sistema de pagamento consiste de uma série de instrumentos, procedimentos bancários e, em geral, sistemas interbancários de transferência de fundos que asseguram a circulação do dinheiro.

Sistema de pagamento de importância sistêmica

Um sistema de pagamento é de importância sistêmica se os distúrbios apresentados em seu interior, estando o sistema protegido dos riscos de maneira insuficiente, poderiam detonar ou transmitir maiores distúrbios aos participantes ou distúrbios sistêmicos para o setor financeiro mais amplo.

Sistema de registro escritural

Um sistema contábil que permite a transferência de direitos (ex: transferência eletrônica de valores mobiliários) sem o movimento físico dos documentos ou certificados de papel.

Sistema de transferência de crédito

Um sistema de transferência de fundos no qual as ordens de pagamento se movem do (banco do) iniciador da mensagem de transferência ou pagador ao (banco do) receptor da mensagem ou beneficiário.

Sistema Estefi

Contém séries de valores que podem ser trabalhadas estatisticamente. Podem ter periodicidade diária ou mensal.

Sistema híbrido

Um sistema de pagamento que combina características de sistemas LBTR e sistemas de compensação.

Sistema monetário

Conjunto de cédulas e moedas adotado por um país.

Sistema Siscomex

Agilização e modernização do trâmite administrativo das operações de importação e exportação.

Sistema Taxas

Controle e Informações das Taxas de Câmbio. Acompanha e divulga para o mercado, a variação da taxa média das moedas de câmbio livre.

SLA

Situação Líquida Ajustada

<u>SLB</u>

Sistema que administra a cobrança e o pagamento de custos, multas, devoluções.

SM

Secretaria do Mercosul

SNBP

Serviço de Navegação da Bacia do Prata

SOC

Comitê de Representantes Governamentais sobre a Participação da Sociedade Civil / Alca

Sociedade Corretora de Câmbio

É instituição que tem por objeto social exclusivo a intermediação em operações de câmbio e a prática de operações no mercado de câmbio de taxas flutuantes. deve ser constituída sob a forma de sociedade anônima ou por quotas de responsabilidade limitada, devendo constar na sua denominação social a expressão "corretora de câmbio" (ver a Resolução 1770/90).



Sociedade Corretora de Títulos e Valores Mobiliários

É instituição habilitada à prática das atividades que lhe são atribuídas pelas leis 4.728, de 14/07/65 (disciplina o mercado de capitais), e 6.385, de 07/12/76 (dispõe sobre o mercado de valores mobiliários), e regulamentação aplicável. Tem por objetos, dentre outros: comprar, vender e distribuir títulos e valores mobiliários; operar em bolsas de mercadorias e de futuros; e operar em recinto ou em sistema mantido por bolsa de valores. Deve ser constituída sob a forma de sociedade anônima ou por quotas de responsabilidade limitada. O banco central do brasil somente concederá autorização para funcionamento à instituição que comprovar a aquisição de título patrimonial de bolsa de valores (ver a Resolução 1655/89).

Sociedade de Arrendamento Mercantil (leasing)

É a instituição que pratica operações de arrendamento mercantil de bens móveis, de produção nacional ou estrangeira, e bens imóveis adquiridos pela entidade arrendadora para fins de uso próprio da arrendatária. Deve ser constituída sob a forma de sociedade anônima, devendo constar obrigatoriamente na sua denominação social a expressão "arrendamento mercantil", que é privativa da sociedade de que se trata (ver a Resolução 2309/96).

Sociedade de Crédito ao Microempreendedor

Tem por objeto social exclusivo a concessão de financiamentos e prestação de garantias a pessoas físicas, bem como a pessoas jurídicas classificadas como microempresas, com vistas a viabilizar empreendimentos de natureza profissional, comercial ou industrial de pequeno porte. Deve ser constituída sob a forma de companhia fechada ou de sociedade por quotas de responsabilidade limitada, adotando obrigatoriamente em sua denominação social a expressão "sociedade de crédito ao microempreendedor", vedada a utilização da palavra "banco" (ver a Resolução 2874/2001).

Sociedade de Crédito Imobiliário

É instituição financeira especializada em operações de financiamento imobiliário. Deve ser constituída sob a forma de sociedade anônima, adotando obrigatoriamente em sua denominação social a expressão "crédito imobiliário" (ver a Resolução 2735/2000).

Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento (financeira)

É instituição financeira privada que tem como objetivo básico à realização de financiamento para a aquisição de bens e serviços, e para capital de giro. Deve ser constituída sob a forma de sociedade anônima e na sua denominação social constar a expressão "crédito, financiamento e investimento" (ver a Portaria 309/59, do Ministério da Fazenda).

Sociedade Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários

É instituição habilitada à prática das atividades que lhe são atribuídas pelas Leis 4.728, de 14/07/65 (disciplina o mercado de capitais), e 6.385, de 07/12/76 (dispõe sobre o mercado de valores mobiliários), e regulamentação aplicável. Tem por objetivos, dentre outros: comprar, vender e distribuir títulos e valores mobiliários, e operar em bolsas de mercadorias e de futuros. Distingue-se da sociedade corretora de títulos e valores mobiliários por não ter acesso às bolsas de valores. Deve ser constituída sob a forma de sociedade anônima ou por quotas de responsabilidade limitada, devendo constar na sua denominação social à expressão "distribuidora de títulos e valores mobiliários" (ver as Resoluções 1120/86 e 1653/89).

SOF/MP

Órgão responsável pelo planejamento, coordenação e controle das atividades de orçamento no âmbito do Governo Federal.

SOM

Reuniões Ministeriais e de Funcionários Graduados / Apec



Sonegação de cobertura cambial

Expressão que designa a não realização do ingresso dos valores em moeda estrangeira relativos a exportações brasileiras.

SP

São Paulo

SPB

Compreende as entidades, os sistemas e os procedimentos relacionados com a transferência de recursos financeiros e de outros ativos, ou com o processamento, a compensação e a liquidação de pagamentos em qualquer de suas formas.

SPC

- 1) Secretaria da Previdência Complementar.
- 2) Serviço de Proteção ao Cheque.

Special account

Contas em moeda estrangeira destinadas a acolher os desembolsos de empréstimos ou créditos especiais concedidos por Organismos Financeiros Internacionais ou por Agências Governamentais Estrangeiras a Instituições da Administração Direta ou Indireta das áreas federal, estadual, municipal e do Distrito Federal.

SPF

Fórum do Pacífico Sul

SPOA/MF

Órgão setorial do sistema de planejamento, orçamento e gestão. Faz parte da estrutura básica do Ministério da Fazenda e atua como órgão intermediário entre o MP (Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão) e os órgãos e entidades viculados ao MF.

Spread

- 1) Diferencial entre os rendimentos dos bônus soberanos e determinado benchmark. Esse diferencial reflete a percepção de risco que os investidores têm em relação ao emissor risco país. Por exemplo, o spread do bônus global é calculado a partir da diferença do rendimento do título e o rendimento do bônus do Tesouro norteamericano respectivo.
- 2) Diferença entre o preço de compra e de venda de um título ou moeda. É, em última instância, o lucro da operação financeira. Também vale para as taxas de juros. Especifica o prêmio adicional que deve ser pago por um devedor em relação a uma taxa de referência. No caso de bônus globais, por exemplo, as condições de mercado determinam que o país X paga um spread de 4% (ou 400 basis points) acima da taxa referencial de prazo equivalente (Títulos do Tesouro norte americano, por exemplo). O spread varia de acordo com uma série de variáveis, sobretudo qualidade de crédito do emissor, condições de mercado, volume e liquidez da emissão ou empréstimo, prazo, etc. Para cálculo do spread, a taxa interna de retorno dos fluxos de um título é deduzida da taxa interna de retorno de um referencial.
- 3) Representa a diferença entre as taxas de juros de aplicação e de captação, compreendendo o lucro e o risco relativos às operações de crédito.

SRF

- 1) Secretaria da Receita Federal / MF.
- 2) Linha de Crédito do Fundo com o objetivo de apoiar as reservas internacionais dos países membros por ocasião de crises, em especial as relacionadas com fluxos rápidos de capitais.

<u>STN</u>

Secretaria do Tesouro Nacional

STR

Sistema de transferência interbancária de fundos, operado pelo Banco Central, que opera em LBTR.



Stripped spread

Prêmio adicional pago por um título com colateral sobre uma taxa de referência, excluindo-se o colateral. Para cálculo do stripped spread, deduz-se do fluxo de caixa do título, o valor presente dos fluxos do colateral. O stripped spread é utilizado para comparar o spread de um papel colateralizado com o spread de um papel sem colateral. (Ver também Blended yield e Stripped spread).

Stripped yield

Rendimento sobre um determinado bônus, retirando-se as garantias nele embutidas.

Subcustodiante

Quando um custodiante (ex., um custodiante global) mantém valores mobiliários por meio de outro custodiante (ex., um custodiante local), este último é chamado de subcustodiante.

Sucov

Subdivisão de Implementação de Convênios / Direc / Derin / Bacen

Supplier's credit

Modalidade de financiamento de uma importação em que o crédito é concedido pelo próprio exportador ou pelo fabricante do bem no exterior.

Supranational

Entidade formada por dois ou mais governos centrais, através de tratados internacionais. O propósito de criação de uma supranacional é a promoção do desenvolvimento econômico dos países membros. Exemplos de supranacionais são o Bird (Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento) e o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento). Muitas supranacionais são emissoras de títulos que constituem opções de investimento, fornecendo bons índices de retorno com riscos relativamente baixos.

Susep

Superintendência de Seguros Privados / MF

Swap

Derivativo financeiro que tem por finalidade promover a troca (simultaneamente) de ativos financeiros entre os agentes econômicos envolvidos, por exemplo : Uma empresa possui um ativo financeiro indexado a variação do dólar comercial e deseja trocar a variação deste ativo financeiro (dólar comercial) por uma determinada taxa préfixada sem se desfazer do ativo financeiro, neste caso ela poderá através de um swap de taxas realizar tal operação .

Swift

Associação internacional de bancos, que possui uma rede de comunicação de dados, para a transferência eletrônica fundos, com garantia de segurança.

T

Taxa de câmbio

Taxa de câmbio é o preço de uma moeda estrangeira medido em unidades ou frações (centavos) da moeda nacional. A taxa de câmbio reflete, assim, o custo de uma moeda em relação a outra, dividindo-se em taxa de venda e taxa de compra. Pensando sempre do ponto de vista do banco (ou outro agente autorizado a operar pelo BC), a taxa de venda é o preço que o banco cobra para vender a moeda estrangeira (a um importador, por exemplo), enquanto a taxa de compra reflete o preço que o banco aceita pagar pela moeda estrangeira que lhe é ofertada (por um exportador, por exemplo).



Taxa de rentabilidade

É uma taxa percentual que exprime a lucratividade de um determinado ativo.

Taxa interna de retorno (TIR)

Taxa de desconto que torna o valor presente líquido de uma aplicação igual a zero.

Taxa Selic

É a taxa média ajustada dos financiamentos diários apurados no Selic para títulos federais.

Taxas de juros de aplicação

Porcentual cobrado pelas instituições financeiras nas operações de crédito realizadas com seus clientes.

Taxas de juros de captação

Utiliza-se como taxa de referência a taxa de captação média dos certificados ou recibos de depósitos bancários (CDB/RDB) para modalidades cujo prazo médio situa-se em torno de 30 dias, e, para as demais modalidades, de prazo superior a 30 dias, a taxa referencial de contratos realizados no mercado de derivativos que expressa a expectativa para a taxa básica de juros correspondente aos respectivos prazos (contratos de swap DI x pré).

TBF

Taxa Básica Financeira

TCI

Vide CTI

TDA

Título de responsabilidade do Tesouro Nacional, emitido para a promoção da reforma agrária, exclusivamente sob a forma escritural, na Cetip. Título de rentabilidade pósfixada pela variação da TR.

TEC

Tarifa Externa Comum

Tecon

Terminal de Contêineres

Telebrás

Telecomunicações Brasileiras S.A.

Telma

Telecomunicações do Maranhão S.A.

Tender offer for cash

Oferta pública de recompra de um bônus já existente no mercado secundário, via pagamento em dinheiro.

Terminologia utilizada na área de meio circulante

No endereço eletrônico

http://www.bcb.gov.br/mPag.asp?perfil=1&cod=167&codP=163&idioma=P poderá ser encontrado glossário com a terminologia utilizada na área de meio circulante

Teste de Estresse

Técnica para avaliação da resposta de uma carteira de ativos e/ou passivos a vários cenários financeiros desfavoráveis.

Time deposits

Depósitos interbancários no mercado internacional. Tem prazo fixo e são inegociáveis até o vencimento.

Título de crédito

É um documento representativo de uma obrigação de pagar o valor que nele está escrito. O cheque é um título de crédito, assim como a nota promissória e a letra de câmbio.



Títulos inegociáveis

Títulos com cláusula de inalienabilidade, por força de lei ou contrato.

<u>Títulos negociáveis</u>

Títulos com livre circulação em mercado.

T1LP

Taxa regulada pela Lei 9.365, de 16 de dezembro de 1996, com as alterações introduzidas pela Lei 10.183, de 12 de fevereiro de 2001. Utilização prevista em lei e em regulamentação expedida pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários.

TMU

Memorando assinado entre as partes quando um certo tipo de empréstimo é tomado. É um protocolo de acordo que estabelece critérios de desempenho e metas a serem atingidas.

TN

- 1) Tesouro Nacional.
- 2) Tratamento Nacional.

TR

- 1) Taxa obtida a partir das médias dos CDBs de 30 dias a taxas pré-fixadas praticadas por bancos comerciais. A TR é ajustada por meio de um redutor, de modo a adequá-la aos contratos de poupança e do Sistema Financeiro da Habitação.
- 2) Trata-se de recibo de deposito de mercadorias para exportação, dado pelo armazem, atestando a disponibilidade das mercadorias em nome do importador, possibilitando pagamento antecipado da exportação antes do embarque efetivo.

Tracking error

Volatilidade dos retornos relativos (ou excess return) de uma carteira de investimentos.

Transferência definitiva

Uma transferência irrevogável e incondicional que tem como efeito a extinção da obrigação de fazer a transferência. O termo entrega e pagamento são definidos cada um como uma transferência definitiva.

Transferência irrevogável e incondicional

Uma transferência que, com respaldo da base legal existente, não pode ser revogada pela parte que a enviou e que é incondicional.

Transferências internacionais em moeda nacional

Caracterizam-se pelo débito ou crédito realizado, em moeda nacional, em uma conta de não residente (antiga CC5).

Travamento (gridlock)

Uma situação que pode surgir em um sistema de transferência de fundos ou de valores mobiliários na qual a não execução de algumas instruções de transferência (devido a que os saldos necessários de fundos ou de valores mobiliários não estão disponíveis) evita que um número substancial de outras instruções de outros participantes sejam executadas.

Troca

Operação na qual os bancos se dirigem ao Banco Central/custodiante para cambiar dinheiro de determinada denominação por dinheiro de outra. Exemplo: um banco entrega duas notas de R\$50,00 (troca - recebimento) e leva dez notas de R\$10,00 (troca - fornecimento). As moedas são colocadas em circulação exclusivamente por meio da troca. Essa operação não afeta o saldo na conta "reservas bancárias".

Truncamento

Um procedimento no qual o movimento físico de instrumentos de pagamento de papel (ex., cheques pagos ou transferências de crédito) dentro de um banco, entre bancos ou entre um banco e seus clientes se reduz ou se elimina, sendo substituído em parte ou em sua totalidade por registros eletrônicos de seu conteúdo para posterior processamento e transmissão.





UA

União Africana

UE

- 1) União Européia.
- 2) Bloco criado com o objetivo de promover o progresso econômico entre os povos europeus, através do estabelecimento de uma união econômica e monetária com moeda única; instituir uma cidadania européia; desenvolver uma estreita cooperação nos campos da liberdade, segurança e justiça; e afirmar o papel da Europa no mundo.

ULC

Unitary Labor Cost

Ultrafértil

Ultrafértil S.A. Ind. e Com. de Fertilizantes

UMA

União do Magreb Árabe

Uncitral

Órgão da ONU responsável pela harmonização e unificação de leis relativas ao comércio internacional.

Unctad

Conferências das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento

Underwritting

Subscrição. No mercado financeiro descreve as operações financeiras nas quais os bancos intermediam o lançamento e distribuição de ações ou títulos de renda fixa para negociação no mercado de capitais.

Unidade monetária

Valor que serve de base ao sistema monetário.

<u>UPC</u>

Moeda de conta' criada pela Lei 4.380, de 21 de agosto de 1964, para contratos de financiamento imobiliário celebrados anteriormente a 28 de fevereiro de 1986.

UPF

Unidade Padrão de Financiamento

US Treasuries

Títulos de renda fixa emitidos pelo Tesouro do EUA (US Treasury) representando uma obrigação do Governo Americano. Conforme o seu vencimento são chamadas de Bills, Notes ou Bonds, todas fazendo parte de carteiras de investimento de investidores no mundo todo inclusive bancos centrais.

<u>Usaid</u>

Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional USD ou US\$

Dólar americano

Usiminas

Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais

USP

Universidade de São Paulo





Valor ao par

O valor de face uma ação ou título. No caso de ações, o valor ao par é, meramente, um registro contábil e não serve a outro propósito.

Valor de face

Valor de uma obrigação, nota ou outro título como expresso no certificado ou instrumento. Apesar do preço das obrigações flutuar a partir do momento de emissão até o seu resgate, eles são resgatados no prazo de vencimento pelo seu valor de face, a menos que tenha ocorrido default. O valor de face é o montante sobre o qual o pagamento de juros é calculado. Por exemplo, uma obrigação com valor de face de \$1.000 e juros de 10% paga \$100 ao ano.

Valor de mercado

O custo em que se incorreria, ou o lucro que se obteria, se um contrato vigente fosse substituído aos preços vigentes no mercado. Também se denomina valor de reposição.

Valor de referência

Valor unitário da ação ou quota, obtido dividindo-se o valor do capital social integralizado pela quantidade de ações ou quotas representativas do capital social integralizado.

Valor facial

Valor marcado na moeda ou na cédula; é por este valor que a peça tem circulação forçada, salvo determinação oficial em sentido diverso.

Valor nominal

Valor unitário da quota ou ação, explicitamente informado no estatuto ou contrato social.

Valor patrimonial da ação ou quota

Obtido mediante a divisão do valor do Patrimônio Líquido pela quantidade de ações ou quotas representativas do capital social integralizado, exclusive a quantidade de ações ou quotas em tesouraria.

<u>VaR</u>

- 1) Medida estatística que pretende calcular o valor da perda esperada de um ativo ou portfólio em função da variação diária de preço dos ativos. Esse valor é calculado para um determinado intervalo de confiança e um determinado horizonte de tempo.
- 2) Uma estimativa da fronteira superior de perdas que uma instituição pode esperar ter durante um período dado (ex., um dia) para um nivel de confiança determinado (ex., 95%).

VCDNF

Valores e de Crédito e Direitos de Natureza Financeira

Venda de câmbio

Negócio realizado entre uma pessoa física ou jurídica (cliente) com uma instituição autorizada e/ou credenciada a operar em câmbio pelo Banco Central do Brasil (instituição). Contra o recebimento de um determinado valor em moeda nacional a instituição entrega ao cliente, ou a quem por este for designado, o valor em moeda estrangeira vendida.

Vigilância, oversight

Uma atividade de política pública, exercida pelo Banco Central, cujo propósito básico é o de promover a segurança e eficiência dos sistemas de pagamento e de liquidação de valores e, em particular, para reduzir o risco sistêmico.



Vinculação

Expressão utilizada para definir a relação entre eventos de comércio exterior. Ato pelo qual o exportador ou o importador informam a operação de câmbio correspondente as suas operações de exportação ou importação.

VPFI

Valor do Patrimônio do Fundo de Investimento

VRF

Valor de Referência de Financiamento



WI

Título negociado antes de sua emissão, com base em yields.



Yield curve

Gráfico contendo os rendimentos dos títulos de mesma categoria, mas diferentes vencimentos.

Yield do título

A taxa de desconto utilizada para se chegar ao valor presente do título, ou a taxa interna de retorno.

Yield to maturity

Taxa de retorno até o vencimento de um título de renda fixa que leva em consideração o total dos pagamentos periódicos de juros, o preço de compra, o valor de resgate e o tempo que falta até o prazo de vencimento da obrigação. É o indicador de rendimento mais utilizado.

Yield, Blended

Taxa de retorno até o vencimento de um título de renda fixa com colateral, incluindo no cálculo o valor do colateral. (Ver também Yield to maturity e Stripped spread).

Yield, Current

Current yield pode ser traduzido como rendimento corrente de um título de renda fixa, ou seja, o rendimento não levando em consideração o prazo do título em questão. É calculado dividindo a taxa de juros do coupon pelo preço do título. Por exemplo se um título está sendo vendido a um preço de R\$ 100,00 com um coupon de 10% ele oferece um current yield de 10%. Caso esse título estivesse cotado a 80,00 o seu current yield seria de 12,50%.

Yield, Stripped

Taxa de retorno até o vencimento de um título de renda fixa com colateral, deduzido o valor presente dos fluxos do colateral. O stripped yield é utilizado para comparar o yield de um papel colateralizado com o yield de um papel sem colateral. (Ver também Blended yield e Stripped spread).